



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro
Hospital Federal da Lagoa

Processo nº 33408.168491/2024-47

UASG.: 250105			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 91040/2025 PROCESSO SEI Nº: 33408.078228/2024-67		Data de Abertura da sessão: 26/03/2026 às 10:00 No sítio: www.gov.br/compras	
OBJETO:			
Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos destinados à Hemodiálise , incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de insumos específicos, necessários ao pleno funcionamento e atendimento do Serviço de Nefrologia do Hospital Federal da Lagoa, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência (TR) e seus anexos.			
VALOR ESTIMADO			
R\$ 850.725,48 (oitocentos e cinquenta mil setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos)			
Registro de Preços?	Vistoria?	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não.	Subitem 4.17 a 4.21, do Anexo I Anexo IV - Atestado de Visita Técnica Anexo VIII - Declaração de Dispensa de Vistoria	Anexo X - Modelo de Termo de Contrato	Menor Preço Global.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos:	
Senhores licitantes mantenham seus dados atualizados no SICAF. - SICAF - Certidão CNJ - Certidão Portal da Transparência - Certidão CNDT - Índices de liquidez superiores a 1 - DRE - Certidão negativa de falência		No Anexo I - Termo de Referência: - Qualificação Técnica (Cl. 9.30 à 9.40) - Qualificação Econômico-Financeira (cl.9.14 a 9.29) - Qualificação Técnico-Profissional (cl. 9.40 a 9.50.6.7)	
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
Preferência para ME/EPP? Não.	Reserva Cota ME/EPP? Não.	Exige Amostra/Treinamento? Sim. Subitem 5.2 e ss, do Anexo I.	Dec. 7.174/2010? Não.
Prazo para envio pra proposta/documentação:			
Até 03 (três) hora,s podendo ser prorrogado a pedido.			
ATENÇÃO! Pedidos de Esclarecimento/Impugnação:		Contato:	
Até as 15:00 do dia 23/03/2026 (Segunda-feira) .		cpl@hgl.rj.saude.gov.br com cópia para licitacao.hgl@gmail.com Telefone: (21) 3111-5271 De 2ª à 6ª feira de 09:00 às 15:00.	
Observações Gerais:			

1. Local de execução do serviço:

• **HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA** - Rua Jardim Botânico, 501, Jardim Botânico, CEP: 22.470-050, Rio de Janeiro - RJ.

2. A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de **1,00% (hum por cento)**.
3. Atenção às declarações/documentos de habilitação que **deverão ser entregues na validade, após** a sessão pública.
4. As respostas aos pedidos de Esclarecimento/Impugnação serão divulgadas no campo próprio do sistema e vinculam as partes.
5. A contratada deverá atender a todas as legislações no corpo do edital sobretudo no Anexo I - Termo de Referência.
6. Em caso de divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerão as orientações do Anexo I - Termo de Referência.
7. Atenção as cláusulas do item 11 - Das Infrações Administrativas.

Lei 14.133/2021.

MODELO DE EDITAL
HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91011/2026

(Processo Administrativo nº 33408.168491/2024-47)

Torna-se público que Ministério da Saúde, por meio do **Hospital Federal da Lagoa**, sediado(a) Rua Jardim Botânico, 501 - Bairro: Jardim Botânico - Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. **DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos destinados à **Hemodiálise**, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de insumos específicos, necessários ao pleno funcionamento e atendimento do Serviço de Nefrologia do Hospital Federal da Lagoa, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência (TR) e seus anexos.

Item	Descrição do Item	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
1	Contratação de empresa especializada para locação de 08 (oito) equipamentos Rim artificial e insumos específicos (GRUPO 1)	22829	Mês	12	R\$ 62.744,08	R\$ 752.928,96
2	Contratação de empresa especializada para locação de 03 (três) Osmoses Portáteis (GRUPO 2)	22829	Mês	12	R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
Valor Total Estimado					R\$ 70.893,79	R\$ 850.725,48

1.2. A licitação será dividida em 02 (dois) GRUPOS (com quatro subitens), conforme tabela **constante do Termo de Referência** e a seguir, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item e por itens do grupo 1**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1. Para o item 02 do Grupo 01 foi feito o cadastro do valor total anual correspondente a 600 unidades/mês x 12 meses = 7.200 unidades ano (x R\$ 23,70 = R\$170.640,00);

1.3.2. Para o item 03 do Grupo 01 foi feito o cadastro do valor total anual correspondente a 480 unidades/mês x 12 meses = 5.760 unidades ano (x R\$ 23,22 = R\$133.747,20).

Detalhamento dos itens:

GRUPO 1							
Item	CATMAT	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado

1	22829	<p>Unidade Móvel de Hemodiálise, conforme legislação pertinente atual (ANVISA RDC 154) ou futura (durante a vigência do contrato), com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Montada em gabinete sobre 04 rodízios (sendo 02 com freio), com aterramento de todas as superfícies; - Microprocessada, de pressão negativa e proporção automática; - Deve realizar autoteste na inicialização do equipamento com bloqueio em caso de falhas de funcionamento; - Capacidade para realizar diálise standard e sequencial e ultrafiltração isolada; - Painel com monitor LCD; - Fluxo de dialisato de 300 a 800 mL/min e variação do fluxo de dialisato pelo fluxo de sangue efetivo; - Rolete de bomba de sangue com fluxo e calibre de linha arterial regulável digitalmente, permitindo o uso de linhas de sangue de 6mm e 8mm; - Monitorização de Kt/V; - Variação do nível de sódio e ultrafiltração com perfis pré-definidos; - Sistema de desinfecção totalmente automatizado; - Detector de bolhas de ar por ultrassom, com bloqueio da linha venosa; - Detector de ruptura do dialisador; - Sistema de by-pass automático e manual para alteração de condutividade e temperatura do dialisato; - Função de controle de fluxo sanguíneo, com monitorização do fluxo de sangue e tempo de tratamento; - Possibilidade de operação com bicarbonato em pó e/ou líquido; - Bomba de infusão contínua de heparina, programável, para uso com seringas comerciais; - Programação de ultrafiltração abrangendo no mínimo de 0,1 a 2,0 l/h; - Operação com dialisadores de qualquer tipo (baixo e alto fluxo), composição e tamanho (adultos e pediátricos); 	Unidade	08	R\$ 4.672,31	R\$ 37.378,48	R\$ 448.541,76
---	-------	--	---------	----	--------------	---------------	----------------

	<ul style="list-style-type: none"> - Conectores ou adaptadores que permitam a utilização com linhas arteriais, venosas e dialisadores universais de tamanhos pediátrico e adulto; - Temperatura do dialisado variando no mínimo de 35/39° C; - Controle automático da pressão transmembrana e da proporção do líquido de diálise; - Bomba de sangue que permita variação de fluxo no mínimo de 50 a 500 ml/min; - Sistema de desinfecção por calor ou químico; - Monitoração de: temperatura, pressão do dialisato (transmembrana), condutividade, taxa de vazão do dialisato, pressão arterial e venosa do sistema extracorpóreo; - Filtro de purificação do dialisato; - Proteção contra operação em modo de diálise quando estiver em modo de desinfecção; - Proteção contra operação em modo de desinfecção quando em modo de diálise; - Alarmes sonoros e visuais para: vazamento de sangue, detecção de bolhas, condutividade anormal, temperatura anormal, pressão arterial e venosa acima ou abaixo dos limites pré-estabelecidos, falta de energia e falta de água; - Acompanha: cabos, circuitos, conexões e demais componentes fundamentais à completa instalação e pleno funcionamento do equipamento; - Tensão de alimentação: Bivolt - 60 Hertz; - Bateria com autonomia de no mínimo 15 minutos, para suprimento em caso de interrupção de energia e recarga automática. 					
2	Solução básica (bicarbonato de sódio a 8,4%) para máquinas de proporção para hemodiálise.	Galão 5 L	600	R\$ 23,70	R\$ 14.220,00	R\$ 170.640,00
3	Solução ácida com glicose para máquinas de proporção para hemodiálise, com K+2,0 mEq/L e Ca+2,5 mg/L. Diluição 1:34.	Galão 5 L	480	R\$ 23,22	R\$ 11.145,60	R\$ 133.747,20
Valor Total GRUPO 1					R\$ 62.744,08	R\$ 752.928,96
GRUPO 2						

1	22829	03 (três) equipamentos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, com as seguintes características: - montado em gabinete sobre quatro rodízios (sendo dois com freio); - em estrutura de aço inoxidável ou outro material não passível de oxidação; - com aterramento de todas as superfícies; - unidade de osmose reversa compatível com as necessidades do equipamento de hemodiálise (média de 50 a 80 L por hora por ponto de diálise) e com a legislação sanitária vigente; - pré-tratamento em série com filtros de carvão ativado; - monitor de condutividade com alarme; - alarme de baixa pressão de entrada de água.	Unidade	03	R\$ 2.716,57	R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
Valor Total GRUPO 2						R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
Valor Total Global						R\$ 70.893,79	R\$ 850.725,48

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.5.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.10. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5.14. sociedades cooperativas.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.4 e 2.5.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.4 e 2.5.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.78.79 e 8.91 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º](#).

XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.3. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.4. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.5. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.7. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.8. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.9. que participe do capital de outra pessoa jurídica

4.6.10. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.11. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.12. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.13. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.16 ou 4.18.19 e sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso

estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

4.15. **O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.**

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. **valor unitário;**

5.1.2. **mensal;**

5.1.3. **total dos itens;**

5.1.4. **descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.**

5.2. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11.6. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.7. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11.9. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de até 03 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

7.7. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

- 7.7.1. **contiver vícios insanáveis;**
- 7.7.2. **não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;**
- 7.7.3. **apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;**
- 7.7.4. **não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;**
- 7.7.5. **apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.**

7.8. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

7.8.1. **A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:**

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. **Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.**

7.10. **Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço

7.12. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, por meio por meio da opção "enviar anexo" do **sistema www.gov.br/compras**, quando solicitados pelo Pregoeira(o).
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.9. **É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.** ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.9.1. **A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.** ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de no mínimo de 03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.87.83.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de

pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. **O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.**

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br].

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. **Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:**

11.1.1. **deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;**

11.1.2. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver**

a proposta em especial quando:

- 11.1.2.1. **não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;**
- 11.1.2.2. **recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;**
- 11.1.2.3. **pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;**
- 11.1.2.4. **deixar de apresentar amostra;**
- 11.1.2.5. **apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;**

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.112.92, 11.112.93 e 11.112.94, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.112.94.16, 11.112.95, 11.112.96, 11.112.97 e 11.112.97.17, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.112.92, 11.112.93 e 11.112.94, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.112.94.16, 11.112.95, 11.112.96,

11.112.97 e 11.112.97.17 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.112.92, 11.112.93 e 11.112.94 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido *até 03 (três) dias úteis antes* da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de *até 03 (três) dias úteis*, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **cpl@hgl.rj.saude.gov.br com cópia para licitacao.hgl@gmail.com** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na Rua Jardim Botânico, 501 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22470-050 na Área de Licitação no 10º andar.

12.4. *As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.*

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. *Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.*

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. *A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução

- ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA.**
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br].
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.
 - 13.11.2. ANEXO II – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica
 - 13.11.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria
 - 13.11.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta
 - 13.11.5. ANEXO V - Termo de Ciência
 - 13.11.6. ANEXO VI - Ordem de Serviço
 - 13.11.7. ANEXO VII- Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública.
 - 13.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental
 - 13.11.9. ANEXO IX - Modelo de Declaração de Cumprimento ao Disposto ao Disposto no Inciso XXXIII do ART. 7º, da CF.
 - 13.11.10. ANEXO X - Modelo de Termo de Contrato.

..... , de de 20.....

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: setembro/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 560/2025

1.1. Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Continuados de Locação de equipamentos para terapia renal substitutiva, com manutenção preventiva e corretiva, 07 dias por semana, e fornecimento de determinados insumos específicos, para atender ao Serviço de Nefrologia do Hospital Federal da Lagoa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL(R\$)	VALOR ANUAL(R\$)
1	Contratação de empresa especializada para locação de 08 (oito) equipamentos Rim artificial e insumos específicos (GRUPO 1)	22829	Mês	12	R\$ 62.744,08	R\$ 752.928,96

2	Contratação de empresa especializada para locação de 03 (três) Osmoses Portáteis (GRUPO 2)	22829	Mês	12	R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
TOTAL					R\$ 70.893,79	R\$ 850.725,48

Detalhamento dos Itens:

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	1	22829	Unidade Móvel de Hemodiálise, conforme legislação pertinente atual (ANVISA RDC 154) ou futura (durante a vigência do contrato), com as seguintes características: - Montada em gabinete sobre 4 rodízios (sendo 2 com freio), com aterramento de todas as superfícies; - Microprocessada, de pressão negativa e proporção automática; - Deve realizar autoteste na inicialização do equipamento com bloqueio em caso de falhas de funcionamento; - Capacidade para realizar diálise standard e sequencial e ultrafiltração isolada; - Pannel com monitor LCD; - Fluxo de dialisato de 300 a 800 mL/min e variação do fluxo de dialisato pelo fluxo de sangue efetivo; - Roleta de bomba de sangue com fluxo e calibre de linha arterial regulável digitalmente, permitindo o uso de linhas de sangue de 6mm e 8mm; - Monitorização de Kt/V; - Variação do nível de sódio e ultrafiltração com perfis pré-definidos; - Sistema de desinfecção totalmente automatizado; - Detector de bolhas de ar por ultrassom, com bloqueio da linha venosa; - Detector de ruptura do dialisador; - Sistema de by-pass automático e manual para alteração de condutividade e temperatura do dialisato; - Função de controle de fluxo sanguíneo, com monitorização do fluxo de sangue e tempo de tratamento; - Possibilidade de operação com bicarbonato em pó e/ou líquido; - Bomba de infusão contínua de heparina, programável, para uso com seringas comerciais; - Programação de ultrafiltração abrangendo no mínimo de 0,1 a 2,0 l/h; - Operação com dialisadores de qualquer tipo (baixo e alto fluxo), composição e tamanho (adultos e pediátricos); - Conectores ou adaptadores que permitam a utilização com linhas arteriais, venosas e dialisadores universais de tamanhos pediátrico e adulto; - Temperatura do dialisado variando no mínimo de 35/39° C; - Controle automático da pressão transmembrana e da proporção do líquido de diálise; - Bomba de sangue que permita variação de fluxo no mínimo de 50 a 500 ml/min; - Sistema de desinfecção por calor ou químico; - Monitoração de: temperatura, pressão do	Unidade	8	4.672,31	37.378,48	448.541,76

		dialisato (transmembrana), condutividade, taxa de vazão do dialisato, pressão arterial e venosa do sistema extracorpóreo; - Filtro de purificação do dialisato; - Proteção contra operação em modo de diálise quando estiver em modo de desinfecção; - Proteção contra operação em modo de desinfecção quando em modo de diálise; - Alarmes sonoros e visuais para: vazamento de sangue, detecção de bolhas, condutividade anormal, temperatura anormal, pressão arterial e venosa acima ou abaixo dos limites pré-estabelecidos, falta de energia e falta de água; - Acompanha: cabos, circuitos, conexões e demais componentes fundamentais à completa instalação e pleno funcionamento do equipamento; - Tensão de alimentação: Bivolt - 60 Hertz; - Bateria com autonomia de no mínimo 15 minutos, para suprimento em caso de interrupção de energia e recarga automática.					
	2	Solução básica (bicarbonato de sódio a 8,4%) para máquinas de proporção para hemodiálise.	Galão 5L	600	23,70	14.220,00	170.640,00
	3	Solução ácida com glicose para máquinas de proporção para hemodiálise, com K+2,0 mEq/L e Ca+2,5 mg/L. Diluição 1:34.	Galão 5L	480	23,22	11.145,60	133.747,20
		Total Grupo 1				62.744,08	752.928,96
	1	22829 3 (três) equipamentos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, com as seguintes características: - montado em gabinete sobre quatro rodízios (sendo dois com freio); - em estrutura de aço inoxidável ou outro material não passível de oxidação; - com aterramento de todas as superfícies; - unidade de osmose reversa compatível com as necessidades do equipamento de hemodiálise (média de 50 a 80 L por hora por ponto de diálise) e com a legislação sanitária vigente; - pré-tratamento em série com filtros de carvão ativado; - monitor de condutividade com alarme; - alarme de baixa pressão de entrada de água;	Unidade	3	2.716,57	8.149,71	97.796,52
Total						8.149,71	97.796,52
Valor Global						70.893,79	850.725,48

Obs 01: Justifica-se a inserção de insumos no GRUPO 1 dada a indisponibilidade de atas vigentes destes materiais, além do número restrito de fabricantes, conforme consta no estudo preliminar deste processo. Os insumos são imprescindíveis para a realização do procedimento dialítico e falta deles inviabiliza o tratamento trazendo risco de vida aos pacientes atendidos por este Serviço.

Obs 02: Para a proposta final será considerada vencedora a empresa que oferecer o menor valor global mensal, que se constituirá através do somatório total da locação dos equipamentos e o valor dos insumos, sendo necessária a cotação dos valores unitários de todos **os itens** que compõem o grupo no sistema **COMPRASNET**, para apuração.

Obs 03: Os aparelhos objetos deste certame devem ser novos.

Obs 04: Caberá às empresas contratadas o fornecimento dos saneantes compatíveis com os equipamentos locados.

Obs 05: Caberá às empresas contratadas a análise mensal da qualidade da água, conforme legislação vigente.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade **ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que consta no processo 33408.168491/2024-47, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o que consta no Estudo Técnico Preliminar

Prazo de Vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista o estabelecido no Estudo Técnico Preliminar.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000009/2026

II) Data de publicação no PNCP: 22/04/2025

III) Id do item no PCA: 573

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 250105-175/2026

3. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá obedecer à Resolução CONAMA nº 401/2008, utilizando produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela ANVISA.

4.1.2. Deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme disposto no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

4.1.3. Deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído durante o funcionamento.

4.1.4. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

4.1.5. Deverá realizar programa interno de treinamento dos empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, com foco na redução do consumo de energia elétrica, no uso racional da água e na diminuição da geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.6. Deverá separar os resíduos recicláveis na fonte geradora, destinando-os às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3/11/1995, e do Decreto nº 5.940, de 25/10/2006.

4.1.7. Deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, relativas a resíduos sólidos.

4.1.8. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para repasse ao fabricante ou importador responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, do art. 33, inciso II, da Lei nº 12.305/2010, dos arts. 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401/2008 e demais legislações correlatas.

4.1.9. Deverá implantar e cumprir Programa de Logística Reversa para pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos.

4.1.10. Deverá dar destinação ambientalmente adequada aos insumos e peças substituídas nos equipamentos locados no Hospital Federal da Lagoa.

4.1.11. Deverá observar a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) na execução dos serviços.

4.1.12. Deverá observar, no que couber, a Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e a IN nº 1/2010 da SLTI/MPOG.

4.1.13. Os equipamentos locados deverão atender a critérios de eficiência energética, comprovados mediante apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), quando aplicável, ou certificação equivalente emitida por organismo oficialmente reconhecido. Na inexistência de etiquetagem específica, a contratada deverá comprovar, por meio de ficha técnica ou declaração do fabricante, que os equipamentos utilizam tecnologia que assegure menor consumo de energia elétrica, contribuindo para a redução do impacto ambiental da contratação.

4.11. A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da unidade, o qual demonstra o alinhamento da presente contratação às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, em consonância com os princípios que orientam a atuação da Administração Pública.

Subcontratação

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

Garantia da contratação

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.14. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.15.. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato

4.16. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.17. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser realizado pelo telefone (21) 3111-5334 ou (21) 3111-5318, Drª Renata Nazaré - Chefia de enfermagem.

4.18. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

4.19. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

4.20. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.21. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

5. Modelo de execução do objeto

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Os serviços serão continuados, de acordo com as presentes Especificações Técnicas, dentro das Normas preconizadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), RDC Anvisa nº 11 de 13/03/2014 e demais instruções normativas, Portarias, Decretos de Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e de Segurança e Higiene do Trabalho, sempre sob a supervisão e orientação do SERVIÇO DE NEFROLOGIA/HFL, o qual deverá ser consultado previamente à tomada de decisões que saiam das rotinas preestabelecidas, ressalvados os casos que oferecem riscos imediatos de vidas para outrem ou afetem o Patrimônio da Instituição. Tais casos deverão ser comunicados imediatamente à Autoridade previamente designada.

5.1.2. Havendo paralisação de qualquer equipamento e suas instalações, motivadas por graves defeitos, a Contratada deverá adotar todos os recursos disponíveis, materiais ou humanos, executando os reparos e/ou troca em até 24 horas após o chamado e, se necessário aos sábados, domingos e feriados, mesmo em horários noturnos, se o caso assim exigir. 5.1.3. A Contratada será inteiramente responsável pela integridade física de todos os componentes e instalações abrangidos pelo contrato firmado, obrigando-se a reparar, às suas custas, os danos ou prejuízos causados em decorrência de imperícia técnica ou negligência no cumprimento das obrigações assumidas.

5.1.4. Os serviços de limpeza, pintura, desmontagem e outros que exigirem a paralisação dos equipamentos, deverão ser executados em horários que não dificultem o desempenho das atividades do

Hospital, inclusive, se necessário, aos sábados, domingos e feriados.

5.1.5. Caberá exclusivamente à Contratada a responsabilidade pela guarda e vigilância dos materiais, ferramentas e instrumentos de sua propriedade, utilizada no desempenho das tarefas de manutenção contratadas.

5.1.6. A Contratada se obriga a manter atualizado um livro de ocorrências de manutenção no qual serão ressaltados os serviços efetuados, sendo os mesmos comunicados diariamente ao Serviço de Nefrologia/HFL.

5.1.7. Os serviços de modo geral deverão ser executados dentro da melhor técnica exigida, utilizando-se materiais de melhor qualidade e deverão ser executados sem prejuízos ao funcionamento normal do HFL, devendo a Contratada adotar todas as medidas de proteção necessárias com vista ao livre trânsito das áreas e locais.

5.1.8. A Contratada obriga-se a fornecer um manual de operação e manutenção em português ao Serviço de Nefrologia/HFL, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, que deverá abranger todos os equipamentos e conter os esquemas de funcionamento, as rotinas de manutenção preventiva, e o modo mais apropriado para as respectivas operações.

5.1.9. A Contratada deverá fornecer relatório quando forem registradas ocorrências, como danos materiais causados em quaisquer partes do sistema e qualquer fato que, a juízo do responsável pela manutenção, deva ser objeto de registro.

5.1.10. A Contratada deverá fornecer treinamento à equipe médica e de Enfermagem do HFL sobre o uso adequado dos equipamentos. O treinamento seguirá um cronograma estabelecido pela Contratada com anuência do Serviço de Nefrologia.

5.1.11. A Contratada deverá manter os equipamentos sempre em perfeitas condições de funcionalidade, higiene e limpeza, sendo de sua responsabilidade todos os serviços necessários para o perfeito andamento do objeto contratado, sendo que os serviços necessários deverão ser previamente analisados e aprovados pelo Serviço de Nefrologia/HFL.

5.1.12. A sistemática operacional de execução dos serviços deverá ser submetida à fiscalização do HFL, devendo ser acatadas as alterações ou sugestões da referida fiscalização.

5.1.13. Não serão permitidos modificações ou acréscimos aos serviços contratados sem o prévio consentimento da fiscalização, devendo previamente a Contratada, de posse das informações fornecidas pelo HFL, estudá-las e confrontá-las durante a execução dos serviços com a realidade existente, sendo que as dúvidas surgidas nesta confrontação serão esclarecidas pela fiscalização.

5.1.14. Deverá ser rigoroso o atendimento às Normas de Segurança, principalmente no tocante às instalações e utilização de equipamentos eletroeletrônicos.

5.1.15. Quando a Fiscalização do HFL solicitar a correção das deficiências, as mesmas deverão ser corrigidas imediatamente, sendo executadas no prazo estabelecido pela Fiscalização.

5.1.16. São de inteira responsabilidade da Contratada os eventuais prejuízos causados ao Hospital e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus sócios, empregados ou prepostos quando da vigência do objeto da Contratação.

5.1.17. O acesso a qualquer informação referente ao objeto da presente Contratação deverá ser disponibilizado pela Contratada a qualquer solicitação do Serviço de Nefrologia.

5.1.18. Administração do HFL dotará o local em que se situam os serviços dos elementos básicos necessários para o início da prestação do serviço objeto, fornecendo energia elétrica e demais instalações em perfeito funcionamento.

5.1.19. Normas Técnicas da ABNT e o que dispõe a legislação pertinente, são partes integrantes e inseparáveis deste Termo de Referência, como se aqui estivessem efetivamente transcritas.

5.1.20. Os ônus decorrentes das despesas de fiscalização quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte da administração do HFL serão de responsabilidade da referida administração.

5.1.21. É de inteira responsabilidade da Contratada a permanente atualização tecnológica dos equipamentos.

5.2. Do Treinamento

5.2.1. O treinamento aos médicos, enfermeiros, técnicos e demais operadores dos equipamentos locados, será fornecido pela CONTRATADA no local de instalação dos mesmos.

5.2.2. Caso haja necessidade de substituição do equipamento, sempre por qualidade similar ou superior, este deve estar de acordo com a capacitação da equipe médica e de enfermagem

5.2.3. O treinamento da equipe será realizado conforme cronograma estabelecido entre as partes.

5.3. Das Manutenções Preventivas

5.3.1. Das Unidades Móveis de Rim Artificial (Máquinas de Hemodiálise):

5.3.1.1. As manutenções preventivas devem ser realizadas mensalmente conforme orienta a legislação

vigente, independente do equipamento ainda estar no prazo de garantia.

5.3.1.2. Além das considerações abaixo, deve ser levado em consideração o check-list da manutenção preventiva indicada pelo fabricante.

5.4. Procedimentos Mensais

- Verificar e garantir integridade física do gabinete;
- Verificar e garantir integridade e funcionamentos das rodas e freios;
- Verificar e garantir integridade do cabo de alimentação;
- Verificar e garantir proteção de circuito;
- Verificar e garantir tubos e mangueiras;
- Verificar e garantir controles e chaves;
- Verificar e garantir indicadores visuais\display;
- Verificar e garantir funções do alarme de falta de energia;
- Verificar e garantir funções do monitor de pressão arterial;
- Verificar e garantir a integridade do ventilador funcional;
- Verificar e garantir oclusão da bomba de sangue;
- Verificar e garantir a calibração da bomba de sangue;
- Verificar e garantir a integridade dos interlocks da porta de concentração;
- Verificar e garantir a integridade do alarme sonoro e visual;
- Verificar indicadores arteriais e venosos;
- Verificar e garantir o fluxo adequado do dialisato;
- Verificar e garantir a integridade dos interlocks da porta de enxague;
- Verificar oclusão da pinça de linha;
- Realizar Autoteste
- Verificar e garantir a integridade dos filtros de linha do concentrado;
- Verificar e garantir a integridade dos orings dos conectores do concentrado;
- Verificar e garantir a integridade os protetores de transdutores internos;
- Verificar e garantir a integridade dos orings do conector do dialisador;
- Verificar e garantir a integridade dos orings do conector do dialisador;
- Verificar e garantir a pressão da ultrafiltração;
- Verificar e garantir a integridade do diafragma do equalizador de fluxo;
- Verificar e garantir exatidão da filtração;
- Verificar e garantir a integridade da válvula pós dialisador;
- Verificar pressão de monitorização de pressão arterial;
- Verificar detector de fuga de sangue;
- Verificar filtro do ventilador;
- Verificar motor da bomba de sangue;
- Verificar temperatura;
- Verificar condutividade;
- Verificar pressão da água de entrada;
- Verificar tensão do motor ou RPM;
- Verificar volume das bombas concentradoras;
- Manter e garantir estoque mínimo necessário de sanitizantes
- Troca dos filtros de dialisato conforme determinação do fabricante
- Além destes procedimentos, deverão ser feitas todas as manutenções preventivas e aferições na periodicidade indicada pelo fabricante.

5.5. Dos Equipamentos Portáteis de Tratamento de Água Por Osmose Reversa:

- É de responsabilidade da CONTRATADA a adaptação à Unidade Móvel de Rim Artificial, garantindo vazão de água (ideal) e o bom funcionamento do equipamento;
- Verificação diária das conexões de água com ajustes ou trocas sempre que necessário;
- Realização de trocas semanais dos filtros, ou em maior frequência, se a qualidade da água estiver não conforme.
- Realização de troca de membrana, indicada pela qualidade da água não conforme, sempre que necessário.
- Elaborar e apresentar um cronograma da frequência de mudanças de filtros.

5.6. Procedimento Mensais

- Verificar e garantir a integridade física do equipamento;
- Verificar e garantir a tensão de entrada do equipamento;
- Verificar e garantir o cabo de alimentação;
- Verificar e garantir a não existência de vazamentos internos e externos;
- Substituir cartuchos do filtro multi-meios;
- Substituir cartuchos do filtro de carvão ativado;
- Verificar e garantir condutividade da água potável e permeada;
- Verificar e garantir o teor do cloro e cloramina, pré e pós carvão ativado;
- Verificar e garantir o pH adequado da água potável e pós osmose reversa;

- Verificar e garantir integridade dos registros;
- Verificar e garantir integridade dos manômetros;
- Verificar e garantir o perfeito funcionamento das bombas;
- Verificar e garantir o perfeito funcionamento dos pressostatos;
- Verificar a taxa de rejeição da membrana;
- Verificar e garantir a vazão de permeado;
- Verificar a pressão de entrada de água potável;
- Verificar e garantir a integridade das mangueiras externas;
- Verificar e garantir a integridade dos rodízios;
- Sanitizar o sistema hidráulico mensalmente, ou em maior frequência, se a qualidade da água estiver não conforme, de acordo com a legislação vigente;
- Realizar a limpeza do equipamento;
- Além destes procedimentos, deverão ser feitas todas as manutenções preventivas e corretivas e aferições, na periodicidade indicada pelo fabricante.

5.7. Das Manutenções Corretivas

- Todos os equipamentos devem ser mantidos em perfeito funcionamento, com a substituição de todas as peças que se fizerem necessárias ao seu perfeito funcionamento, sem qualquer ônus para o Contratante;
- Deve ser garantida a manutenção corretiva ou troca do equipamento em intervalo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Na impossibilidade da ação corretiva, deverá ser providenciado equipamento substituto com as mesmas características técnicas exigidas, de modo a garantir a continuidade do serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA, Rua Jardim Botânico, 501 - Lagoa - Rio de Janeiro/RJ - CEP 22470-050.

5.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Conforme a necessidade do CONTRATANTE, durante o horário de funcionamento da unidade assistencial, para atendimento de ocorrências que possam comprometer a continuidade do tratamento de hemodiálise, não havendo exigência de presença permanente de profissionais do CONTRATADO nas dependências do CONTRATANTE

Rotinas a serem cumpridas

A execução contratual observará as rotinas

5.9.1. especialmente aquelas relacionadas ao funcionamento da unidade assistencial, à segurança dos pacientes e à continuidade dos tratamentos de hemodiálise, devendo o CONTRATADO adequar suas atividades de entrega, manutenção, substituição e suporte técnico às normas, fluxos e procedimentos internos estabelecidos

Materiais a serem disponibilizados

5.10. Para a perfeita execução do objeto, o CONTRATADO deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os equipamentos, materiais, insumos, ferramentas, peças, acessórios, necessários à adequada locação, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva e substituição das máquinas de hemodiálise, nas quantidades e qualidades compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas, promovendo sua imediata substituição sempre que necessário, de modo a não comprometer a continuidade e a segurança dos tratamentos realizados pelo CONTRATANTE.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.11.1. a locação dos equipamentos com a manutenção preventiva e corretiva;
- 5.11.2. a disponibilização de mão de obra qualificada para atender as demandas de reparos e manutenção;
- 5.11.3. a disponibilização de profissional para dar treinamento aos funcionários do Hospital Federal da Lagoa;
- 5.11.4. o fornecimento de insumos para sanitização dos equipamentos;

5.12. por fim, poderá realizar vistoria no local da prestação do serviço para dirimir dúvidas para o perfeito dimensionamento da proposta.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto:

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço. 6.26. receber e dar encaminhamento imediato: 6.26.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024. 6.26.2. notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1.A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos disposto nesta seção.

Tabela 1 - IMR

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Prestação de serviços de terapia renal substitutiva e fornecimento de insumos, conforme condições estabelecidas no Termo de referência
Metas a cumprir	Atender a totalidade das prestações de serviços atendidos em conformidade com as especificações e execuções descritos no Termo de referência;
Instrumento de medição	Formulário eletrônico, formulário impresso e planilha de controle
Forma de acompanhamento	Planilhas de controle e relatórios detalhados de todas as prestações de serviços e fornecimento realizados a cada fechamento do mês;
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Grau de eficiência da empresa contratada em escala de A, PA e NA: A=Adequado; PA=Parcialmente adequado e NA=Não adequado
Início de Vigência	Data do início da execução do contrato
INDICADOR	
Prestação de serviços de terapia renal substitutiva e fornecimento de insumos, conforme condições estabelecidas no Termo de referência.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Atender a demanda do Serviço de Nefrologia do HFL.
Meta a cumprir	Atendimento no grau de 99% (noventa e nove por cento) dos quesitos de descritos nas obrigações da contratada, no Termo de Referência;

os de Licitação e Contratos da Consultoria-Geral da União
Inicia para Obras e Serviços, exceto TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
» Gestão e Inovação
taria de Gestão e Inovação

Instrumento de medição	Avaliação de eficiência feita pelo fiscal do contrato em conjunto, através de formulários e planilhas, com avaliação de RUIM, REGULAR, BOM descritos nas obrigações da contratada;
Forma de acompanhamento	Planilhas de controle e relatórios detalhados de todos os exames realizados a cada fechamento do mês;
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Grau de eficiência da empresa contratada em escala de A, PA e NA: A=Adequado; PA=Parcialmente adequado e NA=Não adequado
Início de Vigência	Data do início da execução do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	7,0 ≤ X < 8,0 Pagamento de 95% do valor da Nota Fiscal 6,0 ≤ X < 7,0 Pagamento de 90% do valor da Nota Fiscal X < 6,0 Pagamento de 80% do valor da Nota Fiscal
Sanções	São aquelas previstas no capítulo "Sanções Administrativas" do Termo de Referência

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4.. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6.O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista

técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. Liquidação 7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

Reajuste

7.36. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria -Geral da União Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC - Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação Identidade visual pela Secretaria de Gestão e

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;(art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.2.Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;(art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.(art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 8.1 de 5% a 10% do valor do Contrato.

8.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 8.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato. Conforme s dados que estão em anexo.

8.2.4.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 8.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato. 8.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 8.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.(art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.(art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.(art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.(art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do (art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de email informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados(art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.(art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do (art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.).

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de [empreitada por preço global. Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do

tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira.

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XXX deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil. Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1. A proponente deverá apresentar pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante fornecido, de forma satisfatória, compatível em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto licitado, por período não inferior a 3 (três) anos, registrado na entidade profissional competente (CREA), como qualificação técnico-operacional, podendo ser aceito o somatório de atestados;

9.33.2 Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa à execução dos serviços que

compõem o objeto a ser licitado; 9.33.3. A proponente deverá apresentar cópia do certificado de formação profissional do Engenheiro Responsável Técnico;

9.33.4. A proponente deverá apresentar Certificado de treinamento técnico da equipe técnica que se responsabilizará pelo adequado funcionamento e manutenção dos equipamentos, dentro do prazo de validade, emitido pelo fabricante dos equipamentos;

9.33.5. Considerando que o objeto da presente contratação inclui a manutenção dos equipamentos de hemodiálise e osmose portáteis, que deverão funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana, deste modo, a proponente deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, declaração de que possui Sede, Matriz ou Filial no Município ou Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com Assistência Técnica treinada, capaz de atender aos chamados técnicos no prazo estabelecido e capaz de executar fielmente o objeto licitatório, indicando endereço completo, telefone de contato e demais dados para possíveis vistorias;

9.33.6. A proponente também deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, Licença Sanitária de Funcionamento do local de sua sede, matriz ou filial no Município ou Região Metropolitana do Rio de Janeiro, concedida, atualizada e aprovada pela autoridade sanitária competente, dentro do prazo de validade, de acordo com a ART 8º, 9º E 10º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 197/2018 que dispõe sobre o código de Vigilância Sanitária do Município do Rio de Janeiro.

9.34. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnica operacional, a uma única contratação.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.38. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município de Rio de Janeiro o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato

9.38.1. A natureza do objeto, que demanda atendimentos presenciais, comunicação direta com a Administração, acompanhamento contínuo das atividades e rápida mobilização de recursos humanos e materiais, a manutenção de escritório local mostra-se medida indispensável para garantir a adequada execução do contrato, reduzindo riscos de atrasos, interrupções e prejuízos à continuidade do serviço.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.40. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.41.1. Para o profissional: A proponente deverá apresentar cópia do certificado de formação profissional do Engenheiro Responsável Técnico;

9.41.2. Serviços: Responsabilidade técnica pela instalação, operação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de terapia renal substitutiva, incluindo planejamento, acompanhamento técnico, verificação de desempenho, segurança dos equipamentos, bem como suporte técnico ao Serviço de Nefrologia durante a execução contratual.

9.41.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.42. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo deste termo de referência.

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do

fornecedor. Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Documentação complementar para cooperativas

9.50. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.50.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.50.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.50.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.50.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.50.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.50.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.50.6.1. ata de fundação;

9.50.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.50.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.50.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.50.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.50.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.50.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizado.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 850.725,48 (Oitocentos e cinquenta mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima do item 1.1 deste termo de referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 250150 - Hospital Federal da Lagoa

II) Fonte de recursos:1001000000

III) Programa de trabalho: 10302501862176511

IV) Elemento de despesa:3.33.90.39

V) . Plano interno: [...]

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei

Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. De acordo com o art. 10 da IN n. 81/2022, os autos do processo são classificados como de acesso público respeitando o artigo 5º e art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a saber:

12.1.1. Art. 5º. É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. 12.1.2. Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

12.1.3. Ressalta-se que este termo será divulgado na mesma data de divulgação do edital ou do aviso de contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme prevê o capítulo III; art. 12 da IN nº 81/2022.

13. ANEXO I FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nº..... sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.1. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.1.1. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.1.2. O referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.2 .O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/ nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação. Local-UF, de de 20.... . _____ (Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANDREIA D ALMEIDA SOUZA Chefe do Serviço de Hemodiálise

RENATA NAZARE MORGADO Equipe de Planejamento da Contratação

FRANCISCO JOSE SANTOS DE ALMEIDA Equipe de Planejamento da Contratação Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 13:38:34.

Rio de Janeiro, de de .

De acordo:

Nome Completo e assinatura do Responsável

Nome Completo e assinatura do responsável técnico credenciado
pelo licitante do Responsável

APÊNDICE DO ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APENDICE DO ANEXO I



UASG 250105

HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA - RJ

Estudo Técnico Preliminar 246/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 33408.168491/2024-47

2. Objeto da Contratação

Trata-se de o presente processo de contratação de empresa especializada na locação de equipamentos destinados à Hemodiálise, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de insumos específicos, necessários ao pleno funcionamento e atendimento do Serviço de Nefrologia do Hospital Federal da Lagoa, conforme condições, quantidades, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência (TR) e seus anexos.

A contratação fundamenta-se no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as demais disposições legais aplicáveis, com prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente justificada, comprovada a vantagem da prorrogação, e atendido o interesse da Administração, respeitados os limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

3. Descrição da necessidade

Importância dos Serviços de Hemodiálise

A hemodiálise é um procedimento terapêutico essencial e indispensável para o tratamento de pacientes com insuficiência renal aguda ou crônica, sendo responsável pela remoção de toxinas, metabólitos, resíduos nitrogenados e excesso de líquidos do sangue, funções vitais normalmente exercidas pelos rins. Sua adequada execução é fundamental para a manutenção da vida, da estabilidade clínica e da qualidade de vida dos pacientes renais.

Em média, cada paciente realiza três sessões semanais de hemodiálise, com duração variável, definida conforme a avaliação clínica individual, condições metabólicas e estado hemodinâmico. Em determinadas situações clínicas, pode ser necessária a ampliação do número de sessões semanais, com o objetivo de promover melhor controle metabólico e volêmico, refletindo diretamente na redução de complicações e na melhoria da qualidade de vida do paciente.

O procedimento de hemodiálise é realizado por meio de equipamentos específicos, que substituem parcialmente as funções renais comprometidas. O paciente é conectado à máquina por um acesso vascular, que pode ser uma fístula arteriovenosa ou um cateter venoso, permitindo a circulação extracorpórea do sangue. O sangue é conduzido ao dialisador (filtro de diálise), onde, por meio de uma membrana semipermeável, ocorre a troca de solutos e líquidos com a solução dialítica, promovendo a depuração das substâncias tóxicas e o retorno do sangue tratado ao organismo do paciente.

As máquinas de hemodiálise são integradas a um sistema de purificação de água, responsável pela produção de água ultrapura, insumo essencial para a segurança e eficácia do tratamento dialítico. O equipamento conta ainda com filtros bacteriológicos compatíveis, cuja utilização é indispensável para a prevenção de contaminações, redução de eventos adversos e garantia da qualidade assistencial.

Para a obtenção da água ultrapura, a água potável passa por um sistema de tratamento denominado osmose reversa, em conformidade com as exigências estabelecidas pela RDC nº 11/2014 da ANVISA. O Hospital dispõe de infraestrutura específica, incluindo sala técnica equipada para abrigar os filtros necessários ao tratamento da água, operando por meio de um sistema fixo de osmose reversa. A água tratada é distribuída à sala de hemodiálise por meio de um sistema hidráulico exclusivo, projetado para uso específico do serviço.

Nos casos em que a hemodiálise é realizada à beira do leito, especialmente em unidades fechadas, como a Unidade de Terapia Intensiva (UTI/CTI), torna-se necessária a utilização de máquinas de osmose reversa portáteis, capazes de produzir a água ultrapura exigida para a terapia dialítica nesses ambientes.

Em ambas as modalidades de atendimento, sala de hemodiálise ou unidades críticas, são executados controles rigorosos e programados, incluindo análises microbiológicas e físico-químicas da água, além da manutenção preventiva e corretiva do sistema hidráulico e dos equipamentos, com realização periódica de processos de sanitização, em estrita observância às normas e diretrizes da ANVISA, assegurando a segurança dos pacientes e a continuidade do tratamento.

Justificativa da necessidade de contratação

O Hospital Federal da Lagoa, integrante da rede pública de saúde do Estado do Rio de Janeiro, presta serviços assistenciais de caráter essencial, voltados ao atendimento de pacientes em diferentes níveis de complexidade. Tais serviços, por sua natureza, não admitem descontinuidade, sob pena de grave risco à vida, à integridade física e ao equilíbrio clínico e psicológico dos pacientes que dependem de assistência médica contínua.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que a Administração adote todas as medidas necessárias para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade da prestação dos serviços assistenciais, mitigando riscos operacionais que possam resultar em interrupções ou prejuízos ao atendimento.

O Serviço de Nefrologia do Hospital Federal da Lagoa não dispõe de equipamentos próprios de hemodiálise (rins artificiais) para o tratamento de pacientes com insuficiência renal aguda ou crônica, o que impõe a necessidade de contratação junto ao mercado especializado para suprir a demanda assistencial existente. A ausência desses equipamentos inviabilizaria a realização do tratamento dialítico, comprometendo diretamente a assistência prestada e colocando em risco a saúde e a vida dos pacientes.

Ressalte-se, ainda, que os equipamentos, sistemas de tratamento de água e insumos utilizados em terapias dialíticas devem atender rigorosamente aos padrões técnicos, sanitários e de qualidade estabelecidos pelas normas vigentes, em especial a Resolução RDC nº 11, de 13 de março de 2014, da ANVISA, bem como as Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao Paciente com Doença Renal Crônica, garantindo a segurança, a eficácia e a confiabilidade do tratamento.

A Unidade realiza atendimento nefrológico e suporte dialítico a pacientes com diferentes graus de gravidade e complexidade clínica, inclusive em unidades críticas, o que torna essencial a disponibilidade contínua de equipamentos modernos, em perfeitas condições de funcionamento, capazes de proporcionar maior segurança, conforto e qualidade assistencial aos pacientes atendidos.

Destaca-se, por fim, que os serviços de hemodiálise possuem caráter contínuo e ininterrupto, sendo imprescindível a adoção de medidas que reduzam os riscos de paralisação decorrentes da inoperância de equipamentos, falhas técnicas ou descontinuidade no fornecimento de insumos. Nesse sentido, a contratação deve contemplar não apenas a locação dos equipamentos, mas também a execução de manutenção preventiva e corretiva, bem como a garantia do fornecimento regular dos insumos necessários à realização do tratamento dialítico, assegurando a continuidade da assistência, a segurança dos pacientes e o cumprimento das normas sanitárias e assistenciais vigentes.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Nefrologia	Andreia D'Almeida Souza

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem prestados possuem natureza continuada, devendo ser executados em estrita conformidade com as presentes Especificações Técnicas, observando integralmente as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), demais instruções normativas, Portarias, Decretos de Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, bem como as normas de Segurança e Higiene do Trabalho.

Os equipamentos fornecidos deverão possibilitar a prestação de tratamento de hemodiálise convencional, intermitente e prolongada, para pacientes adultos e pediátricos, atendendo integralmente às normas vigentes e com registros ativos junto à ANVISA.

As empresas contratadas devem fornecer todos os saneantes necessários à operação dos equipamentos, sem qualquer ônus ao Contratante, garantindo a compatibilidade dos produtos com os equipamentos fornecidos.

A Contratada deverá se responsabilizar pela análise mensal da qualidade da água, em conformidade com a legislação vigente.

Todo o processo de execução dos serviços ocorrerá sob supervisão e orientação do Serviço de Nefrologia do HFL, que deverá ser previamente consultado antes da adoção de decisões que se desviem das rotinas preestabelecidas, ressalvadas situações de risco imediato à vida ou ao patrimônio da Instituição, que deverão ser comunicadas de forma imediata à autoridade previamente designada.

Os serviços possuem caráter essencial à manutenção das atividades assistenciais da Unidade, sendo prestados de forma permanente e contínua, por período superior a um exercício financeiro. A eventual interrupção dos serviços poderá comprometer significativamente o atendimento aos pacientes e o funcionamento das atividades finalísticas do Hospital Federal da Lagoa, justificando a necessidade de continuidade e rigor na execução.

A execução dos serviços será realizada sem vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou representantes da Contratada e o HFL, vedando-se qualquer relação que caracterize pessoalidade, subordinação direta ou habitualidade. Trata-se estritamente de prestação de serviços, com autonomia técnica e administrativa da Contratada sobre seus recursos humanos, sendo esta integralmente responsável pela qualificação, treinamento e gestão de sua equipe.

O objeto da contratação será adjudicado à licitante que apresentar a proposta mais vantajosa à Administração, considerando o menor preço global, observado o cumprimento das especificações técnicas, critérios de aceitabilidade e demais condições definidas no instrumento convocatório.

Durante toda a vigência do contrato, a Contratada deverá cumprir rigorosamente as exigências mínimas das normas técnicas aplicáveis, bem como todos os requisitos obrigatórios de segurança e funcionalidade dos equipamentos, garantindo a integridade do atendimento assistencial e evitando qualquer prejuízo aos pacientes.

Adicionalmente, a Contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 6ª edição, revista, atualizada e ampliada (setembro/2023, AGU), incorporando práticas ambientalmente responsáveis, eficiência na utilização de recursos e gestão adequada de resíduos.

6. Levantamento de Mercado

Em consulta aos portais de compras do Governo Federal, bem como aos portais de compras dos entes municipais e estaduais, foi possível identificar a adoção de três modelos distintos para a oferta de serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS), amplamente utilizados pela Administração Pública e pela iniciativa privada. Os modelos identificados são descritos a seguir:

Modelos de Prestação do Serviço

Solução A – Locação de Equipamentos

Consiste na locação de máquinas de terapia renal substitutiva e de equipamentos de osmose reversa portátil, abrangendo a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento integral dos insumos necessários à adequada operação dos equipamentos durante a vigência contratual.

Solução B – Aquisição de Equipamentos

Caracteriza-se pela aquisição definitiva de máquinas de terapia renal substitutiva e de equipamentos de osmose reversa portátil, incluindo a aquisição de insumos e peças de reposição, associada à contratação de serviços especializados de manutenção, a fim de garantir a continuidade e a segurança da operação.

Solução C – Terceirização Integral do Serviço

Refere-se à terceirização completa do serviço de terapia renal substitutiva, contemplando o fornecimento dos equipamentos, a disponibilização de insumos e a alocação de recursos humanos especializados, ficando a contratada responsável pela execução integral do serviço.

Avaliação Comparativa das Soluções:

Para a avaliação comparativa das alternativas identificadas, foram consideradas:

- (i) contratações similares anteriormente realizadas no âmbito do próprio órgão;
- (ii) contratações efetuadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública; e
- (iii) práticas adotadas pela iniciativa privada.

O objetivo foi identificar diferentes metodologias de contratação, soluções tecnológicas e arranjos operacionais aptos a atender às necessidades da Administração, observando aspectos como eficiência, economicidade, continuidade do serviço e mitigação de riscos.

Solução A – Locação de Equipamentos

Contratações Similares Identificadas

Locação de máquinas de hemodiálise e de equipamentos de osmose reversa portátil

No âmbito do próprio órgão, identificou-se a existência de contratação com objeto idêntico ou similar, conforme descrito a seguir:

- Contrato firmado com a empresa RENALTEC Indústria, Comércio e Serviços Ltda., cujo objeto compreende a locação de máquinas de hemodiálise e de equipamentos de osmose reversa portátil, com prestação de serviços de manutenção e fornecimento dos insumos necessários à execução do serviço.

Tabela de Quantitativos e Valores

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Contratação de serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise, com manutenção preventiva e corretiva	Mês (12 meses)	10	4.853,78

Observação 1: No escopo do contrato encontram-se incluídos, para as máquinas de hemodiálise, os seguintes itens e serviços:

1. Insumo Incluso no Contrato

Filtro de Fluidos Dialisante, destinado à produção de dialisado ultrapuro para hemodiálise, confeccionado em polissulfona, com as seguintes características técnicas mínimas:

- Apresentação apirogênica, com controle bacteriológico e de endotoxinas;

- Embalagem individual resistente, com abertura asséptica, contendo identificação do produto, número de lote e prazo de validade;
- Compatibilidade com as máquinas utilizadas pela instituição, atualmente modelo V10;
- Modelo de referência: Diasafe Plus, fabricante Fresenius Medical Care;
- Produto estéril, classificado como artigo médico-hospitalar de uso único, com embalagem em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação de Risco: Classe III – Alto Risco.

2. Modelo de Execução Contratual

A Contratada deverá prestar serviço de manutenção técnica preventiva e corretiva, com atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para todas as máquinas de hemodiálise, durante toda a vigência contratual, observadas as características, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR).

3. Contratação Similar Identificada

Contrato firmado com a empresa DNALOY Comércio e Serviços Ltda., com objeto compatível ao ora analisado.

Contratação de serviço de empresa especializada para locação de equipamentos de Osmose Reversa Portátil, pelo período de 12 (doze) meses.

Tabela de Quantitativos e Valores

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Locação de equipamentos de Osmose Reversa Portátil	Mês	4	2.850,40

Observação 2 – Insumos Inclusos no Contrato:

No escopo do contrato encontram-se incluídos, para os equipamentos de Osmose Reversa Portátil, os seguintes insumos:

1. Filtro de Carvão Ativado

Elemento filtrante com retenção nominal de 5 micras, destinado ao tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

2. Filtro de Polipropileno (PP) Liso

Elemento filtrante de polipropileno liso, com retenção nominal de 5 micras, destinado ao tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

3. Modelo de Execução:

A Contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para os equipamentos de Osmose Reversa Portátil, durante toda a vigência contratual, observadas as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições estabelecidas no Termo de Referência (TR).

Contratações Similares por Outros Órgãos e Entidades

(Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Para fins de subsidiar a definição da solução adotada e comprovar a compatibilidade dos preços praticados, foram analisados Termos de Referência e Projetos Básicos de contratações realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, bem como referências de mercado, por meio das seguintes ferramentas e bases de dados:

- Buscador Google;
- Portal de Compras Governamentais (ComprasGov);
- Painel de Preços;
- Banco de Preços em Saúde;
- Banco de Preços da Negócios Públicos (NP);
- BB Licitações;
- SIGA-RJ;
- BEC-SP;
- PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas.

As informações obtidas contribuíram para a identificação de parâmetros técnicos, modelos de execução contratual e valores de referência, em conformidade com as práticas adotadas no âmbito da Administração Pública.

Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)

(Edital – Pregão Eletrônico nº 11/2023)

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Locação de máquinas de hemodiálise	Mês	25	4.700,00
Locação de equipamentos de Osmose Reversa Portátil	Mês	10	2.380,00

Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM)

(Pregão Eletrônico nº 90063/2024)
(Processo SEI nº 23541.000234/2023-04)

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Locação de máquinas de hemodiálise	Mês	8	2.690,00
Locação de equipamentos de Osmose Reversa Portátil	Mês	8	1.200,00

Observação 1 – Itens Não Incluídos no Contrato (Máquinas de Hemodiálise)

Ressalta-se que, no referido contrato, não está incluso o fornecimento do seguinte insumo destinado às máquinas de hemodiálise:

Filtro de Fluidos Dialisante, utilizado para a produção de dialisado ultrapuro para hemodiálise, confeccionado em polissulfona, com as seguintes características técnicas mínimas:

- Produto apirogênico, com controle bacteriológico e de endotoxinas;
- Embalagem individual resistente, com abertura asséptica, contendo identificação do produto, prazo de validade e número de lote;

- Compatibilidade com as máquinas utilizadas pela instituição, atualmente modelo V10;
- Modelo de referência: Diasafe Plus, fabricante Fresenius Medical Care;
- Produto estéril, classificado como artigo médico-hospitalar de uso único, com embalagem em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação de Risco: Classe III – Alto Risco.

Impacto financeiro estimado:

- Valor unitário: R\$ 412,00;
- Quantidade estimada: 160 unidades/ano;
- Custo anual estimado: R\$ 65.920,00.

Observação 2 – Itens Não Inclusos no Contrato (Osmoses Reversas Portáteis)

Da mesma forma, verifica-se que não estão inclusos no contrato os seguintes insumos destinados aos equipamentos de Osmose Reversa Portátil:

1. Filtro de Carvão Ativado

Elemento filtrante com retenção nominal de 5 micras, utilizado no tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

Impacto financeiro estimado:

- Valor unitário: R\$ 50,87;
- Quantidade estimada: 210 unidades/ano;
- Custo anual estimado: R\$ 10.682,70.

2. Filtro de Polipropileno (PP) Liso

Elemento filtrante de polipropileno liso, com retenção nominal de 5 micras, utilizado no tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

Impacto financeiro estimado:

- Valor unitário: R\$ 16,90;
- Quantidade estimada: 400 unidades/ano;
- Custo anual estimado: R\$ 6.760,00.

Síntese do Impacto Financeiro dos Itens Não Inclusos

Item	Custo Anual Estimado (R\$)
Filtro de Fluidos Dialisante (Hemodiálise)	65.920,00
Filtro de Carvão Ativado (Osmose Reversa Portátil)	10.682,70
Filtro de Polipropileno (PP) Liso (Osmose Reversa Portátil)	6.760,00

Hospital Municipal Souza Aguiar
(Pregão Eletrônico nº 90109/2024)

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Locação de máquinas de hemodiálise	Mês	20	4.384,77
Locação de equipamentos de Osmose Reversa Portátil	Mês	10	2.914,04

Observação 1 – Itens Inclusos no Contrato (Máquinas de Hemodiálise)

No referido contrato, está incluso o fornecimento do seguinte insumo destinado às máquinas de hemodiálise:

Filtro de Fluidos Dialisante, destinado à produção de dialisado ultrapuro para hemodiálise, confeccionado em polissulfona, com as seguintes características técnicas mínimas:

- Produto apirogênico, com controle bacteriológico e de endotoxinas;
- Embalagem individual resistente, com abertura asséptica, contendo identificação do produto, validade e lote;
- Compatibilidade com as máquinas utilizadas pela instituição, atualmente modelo V10;
- Modelo de referência: Diasafe Plus, fabricante Fresenius Medical Care;
- Produto estéril, classificado como artigo médico-hospitalar de uso único, com embalagem em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação de Risco: Classe III – Alto Risco;

Observação 2 – Itens Inclusos no Contrato (Osmoses Reversas Portáteis)

O contrato também contempla o fornecimento dos seguintes insumos destinados aos equipamentos de Osmose Reversa Portátil:

1. Filtro de Carvão Ativado

Elemento filtrante com retenção nominal de 5 micras, utilizado no tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

2. Filtro de Polipropileno (PP) Liso

Elemento filtrante de polipropileno liso, com retenção nominal de 5 micras, utilizado no tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

Modelo de Execução Contratual

A Contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), durante toda a vigência contratual, abrangendo:

- as máquinas de hemodiálise;

- o sistema de tratamento de água para hemodiálise;
- os equipamentos de Osmose Reversa Portátil;

observadas as características mínimas, os níveis de serviço e as condições estabelecidas no Termo de Referência (TR).

Outras Contratações de Referência

- Pregão Eletrônico nº 77/2023 – Contrato nº 13/2023
Hospital das Forças Armadas (HFA)
Contratada: Engeltech Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda. – ME

Hospital das Forças Armadas (HFA)

(Pregão Eletrônico nº 77/2023 – Contrato nº 13/2023)
Contratada: Engeltech Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda. – ME

Objeto/descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário mensal
Contratação de Serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise		8	R\$ 5.300,00 (unitário)
Contratação de Serviço de empresa especializada para locação de Osmose Reversa Portátil		1	R\$ 2.809,00 (unitário)

Observação 1 – Itens Inclusos no Contrato (Máquinas de Hemodiálise)

No referido contrato, está incluso o fornecimento do seguinte insumo destinado às máquinas de hemodiálise:

Filtro de Fluidos Dialisante, destinado à produção de dialisado ultrapuro para hemodiálise, confeccionado em polissulfona, com as seguintes características técnicas mínimas:

- Produto apirogênico, com controle bacteriológico e de endotoxinas;
- Embalagem individual resistente, com abertura asséptica, contendo identificação do produto, prazo de validade e número de lote;
- Compatibilidade com as máquinas utilizadas pela instituição, atualmente modelo V10;
- Modelo de referência: Diasafe Plus, fabricante Fresenius Medical Care;
- Produto estéril, classificado como artigo médico-hospitalar de uso único, com embalagem em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação de Risco: Classe III – Alto Risco.

Observação 2 – Itens Inclusos no Contrato (Osmoses Reversas Portáteis)

O contrato também contempla o fornecimento dos seguintes insumos destinados aos equipamentos de Osmose Reversa Portátil:

1. Filtro de Carvão Ativado

Elemento filtrante com retenção nominal de 5 micras, utilizado no tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

2. Filtro de Polipropileno (PP) Liso

Elemento filtrante de polipropileno liso, com retenção nominal de 5 micras, utilizado no tratamento de água por Osmose Reversa, fornecido completo e montado, pronto para instalação, devendo ser compatível com o equipamento portátil ofertado.

- Embalagem individual, de uso único, em conformidade com a legislação vigente;
- Classificação produto para Saúde/Correlato: Artigo médico-hospitalar de uso único;

Modelo de Execução Contratual

A Contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com atendimento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), durante toda a vigência contratual, abrangendo:

- as máquinas de hemodiálise;
- o sistema de tratamento de água para hemodiálise;
- os equipamentos de Osmose Reversa Portátil;

Manutenção de Máquinas de Hemodiálise

Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados no próprio órgão/entidade
(Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Inexigibilidade de Licitação nº 04/2023 – Hospital das Clínicas de Minas Gerais

Conforme Inexigibilidade de Licitação nº 04/2023, firmada pelo Hospital das Clínicas de Minas Gerais, os valores abaixo referem-se exclusivamente à manutenção de máquinas de hemodiálise, não estando inclusa a troca de filtros.

Objeto/Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário

- Manutenção de Máquina de Hemodiálise – Modelo Fresenius 4008S V10, ano 2018 (sem inclusão de troca de filtros)
Unidade: mês
Quantidade: 15
Valor unitário: R\$ 463,00
- Manutenção de Máquina de Hemodiálise – Modelo Fresenius 4008S V10, ano 2014 (sem inclusão de troca de filtros)

Unidade: mês
Quantidade: 6
Valor unitário: R\$ 851,00

- Manutenção de Máquina de Hemodiálise – Modelo Fresenius 4008S, fabricação entre 2009 e 2011 (sem inclusão de troca de filtros)
Unidade: mês
Quantidade: 3
Valor unitário: R\$ 1.313,00

Ressalta-se que não há informação expressa quanto à inclusão ou não de valores relativos a peças de reposição nos preços praticados.

Pregão nº 126/2022 – Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

No âmbito do Pregão nº 126/2022, promovido pelo Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, foram identificados os seguintes valores para manutenção de máquinas de hemodiálise, com inclusão da troca periódica dos filtros bacteriológicos, conforme exigência do fabricante:

Objeto/Descrição | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário

- Manutenção de Máquina de Hemodiálise – Modelo Fresenius 4008S, fabricação 2012, incluindo a troca dos filtros bacteriológicos na periodicidade exigida pelo equipamento
Unidade: mês
Quantidade: 10
Valor unitário: R\$ 2.267,61
- Manutenção de Máquina de Hemodiálise – Modelo Fresenius 4008S V10, fabricação 2018, incluindo a troca dos filtros bacteriológicos na periodicidade exigida pelo equipamento
Unidade: mês
Quantidade: 10
Valor unitário: R\$ 1.307,79

Ademais, consta previsão de cobertura de partes, peças, componentes, instrumentos, acessórios e serviços complementares dos equipamentos contemplados nos itens 1 e 2 do respectivo lote do Termo de Referência, com valor global fixo estabelecido em:

Valor total: R\$ 300.000,00

Ressalta-se que, para este item, não houve disputa de lances, sendo o valor previamente fixado no edital.

Manutenção dos Equipamentos Portáteis de Tratamento de Água por Osmose Reversa

1 – Contratações para o Mesmo Objeto ou Similar no Próprio Órgão - (Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Atualmente, o HFL é atendido por contrato de locação que contempla a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, razão pela qual não há contrato exclusivo de manutenção para máquinas de hemodiálise ou equipamentos de osmose reversa portátil no âmbito do próprio órgão.

2 – Contratações para o Mesmo Objeto ou Similar por Outros Órgãos e Entidades Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Para subsidiar a estimativa de preços e a avaliação das práticas adotadas pela Administração Pública, foram identificadas as seguintes contratações similares:

1. CONSAMU Paraná – Contrato nº 027/2024

Objeto / Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Manutenção preventiva mensal, com fornecimento de peças, em máquina de osmose reversa portátil Vexer VOP 00100 (troca periódica de filtros, sanitização completa e coleta de água para análise)	Serviço	12	920,00
Manutenção corretiva em máquina de osmose reversa portátil Vexer VOP 00100 (valor estimado para 12 meses, incluindo mão de obra, deslocamento, fornecimento de peças, higienização, coleta de água para análise e emissão de laudo)	Serviço	1	970,00
Valor total mensal estimado			1.890,00

Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – Pregão nº 126/2022

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, incluindo monitorizações e desinfecções do sistema, análises físicas, químicas e microbiológicas, bem como a troca dos elementos filtrantes	Mês (12 meses)	10	1.307,79

Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG) – Pregão nº 219/2023

Objeto / Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Mensal (R\$)
Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, com monitorizações e desinfecções do sistema, análises físicas, químicas e microbiológicas, e troca dos elementos filtrantes	Mês (12 meses)	2	1.700,00

Rotinas de Manutenção das Osmoses Reversas Portáteis

Os equipamentos de Osmose Reversa Portátil apresentam elevada criticidade assistencial e demandam manutenção contínua, inclusive para preservação da garantia do fabricante e para assegurar a segurança do paciente, em conformidade com a RDC nº 11/2014.

Rotina Semanal

- Substituição dos filtros de carvão ativado e de 5 micras, sempre que necessário;
- Inspeção obrigatória das condições dos filtros;
- Verificação das mangueiras e conexões.

Rotina Mensal

- Sanitização completa do circuito hidráulico, mangueiras externas e conexões, com uso de saneante de uso profissional;
- Manutenção preventiva de todos os itens, componentes e peças do equipamento, inclusive rodízios giratórios;
- Coleta de água pós-membrana para análises de bactérias heterotróficas, endotoxinas e coliformes totais.

Procedimentos em Situações de Não Conformidade

Como protocolo institucional, sempre que houver evento ou suspeita de contaminação da água, a sanitização deverá ser realizada quantas vezes forem necessárias, até a completa resolução do problema.

Em caso de resultado laboratorial não conforme, a chefia médica deverá ser imediatamente notificada, cabendo à empresa responsável apresentar plano de ação em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação. O plano de ação deverá ser discutido e aprovado pela chefia médica da unidade.

Suporte Técnico Operacional

A equipe técnica da contratada deverá prover todas as conexões, adaptações ou peças necessárias para a instalação e o adequado funcionamento do sistema de Osmose Reversa Portátil em unidades externas, mediante solicitação da chefia da unidade de Nefrologia.

Solução B – Aquisição de Equipamentos

Aquisição de Máquinas para Hemodiálise

1 - Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados no próprio órgão/entidade (Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Atualmente, o Hospital Federal da Lagoa (HFL) é atendido por contrato de locação de máquinas de hemodiálise, razão pela qual não há contrato recente de aquisição desses equipamentos no âmbito do próprio órgão.

2 - Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados por outros órgãos/entidades (Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Dispensa de Licitação nº 46634291000170-1-000457/2024 – Município de Itapetininga, contratada a empresa Fresenius Medical Care, em 29/05/2024, conforme indexador/fls. (...)

Objeto/descrição: Máquina de Hemodiálise 4008S V10 (BPM/OCM/CDS)

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 7

Valor unitário: R\$ 59.900,00

Pregão Eletrônico nº 005/2024 – Município de Naviraí/MS, contratada a empresa Nipro Medical Corporation Produtos Médicos LTDA, em 29/05/2024, conforme indexador/fls. (...)

Objeto/descrição: Máquina de Hemodiálise Diamax Full

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 20

Valor unitário: R\$ 54.996,00

Pregão Eletrônico OC nº 090102000012023OC00239 – Governo do Estado de São Paulo, contratada a empresa Laboratórios B. Braun S.A., em 08/02/2024, conforme indexador/fls. (...)

Objeto/descrição: Máquina de Hemodiálise Dialog

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 220

Valor unitário: R\$ 80.745,00

Aquisição de Equipamento Portátil de Tratamento de Água por Osmose Reversa

1 - Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados no próprio órgão/entidade (Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Atualmente, o Hospital Federal da Lagoa (HFL) é atendido por contrato de locação de equipamentos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, razão pela qual não há, no momento, contrato de aquisição desses equipamentos no âmbito do próprio órgão.

2 - Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados por outros órgãos/entidades (Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Não foram identificados preços públicos referentes a contratos ou licitações voltados à aquisição de equipamentos portáteis de tratamento de água por osmose reversa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), até a presente data.

Aquisição de insumos específicos para o tratamento dialítico

1 - Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados no próprio órgão/entidade (Art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Os únicos insumos específicos utilizados no Setor de Hemodiálise que não são adquiridos diretamente pelo Hospital Federal da Lagoa (HFL) correspondem aos concentrados polieletrólíticos, os quais estão incluídos no contrato de locação das máquinas de hemodiálise, com fornecimento mediante demanda.

O fornecimento desses insumos ocorre no âmbito do contrato firmado com a sociedade empresária Renal-Tec Indústria, Comércio e Serviços Ltda., conforme descrito a seguir:

Contrato – firmado com a sociedade empresarial RENAL-TEC-INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Objeto/descrição	Unidade de medida	Valor unitário (R\$)	Valor total anual (R\$)
Solução ácida com glicose para máquinas de proporção para hemodiálise, com K+ 2,0 mEq/L e Ca+ 2,5 mg/L. Diluição 1: 34.	Galão de 5 L	11.718,00	140.616,00
Solução básica (bicarbonato de sódio a 8,4%) para máquinas de proporção para hemodiálise.	Galão de 5 L	12.916,80	155.001,60

Valores dos insumos adquiridos pelo próprio hospital

Descrição	Quantidade anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Anual (R\$)
FILTRO CAPILAR DIALISADOR, FIBRAS DE POLISSULFONA, SUPERFÍCIE DE 1,8M²	4.920	33,50	164.820,00
FILTRO CAPILAR DIALISADOR, FIBRAS DE POLISSULFONA, SUPERFÍCIE DE 1,6M²	300	41,90	12.570,00
LINHA SANGUE ARTERIAL 8mm	5,760	7,15	41.184,00
LINHA SANGUE, VENOSA 8mm	5,760	6,70	38.592,00
AGULHA DE FÍSTULA, CÂNULA AÇO INOX, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA 17G	900	1,15	1.035,00
AGULHA DE FÍSTULA, CÂNULA AÇO INOX, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA 16G	1,800	1,70	3.060,00

ISOLADOR DE PRESSÃO, PVC, CLORETO DE POLIVINILA ESTÉRIL, USO EM MÁQUINA DE HEMODIÁLISE, CONECTOR LUER LOCK	14,400	0,60	8.640,00
CATETER, POLIURETANO DUPLO LÚMEN, PARA HEMODIÁLISE, 20 CM	204	98,00	19.992,00
CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE 9FR X 12CM	48	159,99	7.679,52
CATETER POLIURETANO DUPLO LÚMEN PARA HEMODIÁLISE APROXIMADO DE 11,5 A 12,5 FRENCH APROXIMADAMENTE, 15 CM	204	68,90	14.055,60
CATETER CENTRAL LONGA PERMANENCIA DUPLO LUMEN 14,5F X 23CM HEMODIALISE	60	623,00	37.380,00
CATETER, SILICONE DUPLO LUMEN LONGA PERMANÊNCIA, TUNELIZADO COM CUFF E TROCARTE, ESTÉRIL ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL, PARA HEMODIÁLISE 28 CM	36	625,00	22.500,00
CATETER SILICONE DUPLO LUMEN LONGA PERMANÊNCIA, TUNELIZADO COM CUFF E TROCARTE, ESTÉRIL ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL, PARA HEMODIÁLISE 32 CM	24	1.380,00	33.120,00
CATETER SILICONE DUPLO LUMEN LONGA PERMANÊNCIA, TUNELIZADO COM CUFF E TROCARTE, ESTÉRIL ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL, PARA HEMODIÁLISE 40 CM	24	856,00	20.544,00
CATETER SILICONE DUPLO LUMEN LONGA PERMANÊNCIA, TUNELIZADO COM CUFF E TROCARTE, ESTÉRIL ATÓXICO, APIROGÊNICO, DESCARTÁVEL, PARA HEMODIÁLISE 55 CM	12	749,00	8.988,00

KIT CATÉTER TRIPLO-LUMEN RETO PARA HEMODIÁLISE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EM TORNO DE 20 CM	192	149,85	28.771,20
KIT CATÉTER TRIPLO-LUMEN RETO PARA HEMODIÁLISE, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EM TORNO DE 16 CM	96	100,00	9.600,00
TAMPA DESCARTÁVEL PARA CATETER DUPLO LÚMEN, USO ÚNICO.	10.008	2,00	20.016,00
FILTRO CAPILAR DE PLASMA PLASMAFLO 0,5 M2	24	824,70	19.792,80

Contratos para o mesmo objeto ou similar firmados por outros órgãos/entidades (Art. 23, § 1º, inc. II da Lei nº 14.133 /2021)

Edital do Hospital Federal Cardoso Fontes. Insumos incluídos no contrato de locação de máquinas firmado com a empresa RENALTEC – Indústria Comércio e Serviços Ltda.

Tabela 1 – Insumos incluídos no contrato de locação de máquinas de hemodiálise

Descrição	Quantidade anual	Valor unitário (R\$)	Valor anual (R\$)
Filtro capilar dialisador, fibras de polissulfona, superfície de 1,8 m²	5.198	76,36	396.919,62
Linha sangue arterial	5.201	14,50	75.414,50
Linha sangue venosa	4.801	14,50	69.614,50
Agulha de fistula, cânula aço inox, siliconizada, atraumática 17G	350	2,89	1.011,50
Agulha de fistula, cânula aço inox, siliconizada, atraumática 16G	926	2,89	2.676,14
Isolador de pressão, PVC, estéril, conector luer lock	2.600	1,27	3.302,00
Cateter poliuretano duplo lúmen para hemodiálise, 20 cm	262	177,89	46.607,18
Cateter poliuretano duplo lúmen para hemodiálise, 15 cm	170	177,31	30.142,70
Cateter silicone duplo lúmen longa permanência, 28 cm	29	1.490,36	43.220,44
Cateter silicone duplo lúmen longa permanência, 36 cm	3	1.561,70	4.685,10
Cateter silicone duplo lúmen longa permanência, 32 cm	21	1.561,70	32.795,70
Cateter silicone duplo lúmen longa permanência, 40 cm	1	1.561,70	1.561,70
Cateter silicone duplo lúmen longa permanência, 55 cm	4	1.773,45	7.093,80
Kit catéter triplo-lúmen reto para hemodiálise, 20 cm	30	243,26	7.298,00
Tampa descartável para cateter duplo lúmen	8.900	—	—
Saneante para máquina de hemodiálise – ácido peracético 3,5% (5 L)	87	176,48	15.353,76
Concentrado básico para hemodiálise (K+ 2,0 / Ca 2,5)	5.168	14,95	77.261,60
Concentrado ácido com glicose para hemodiálise (K+ 2,0 / Ca 2,5)	5.258	15,90	83.602,20

Total anual estimado: R\$ 898.560,44

Dados estatísticos do Setor de Nefrologia do HFL

Número de sessões de hemodiálise por mês

Tabela 2 – Sessões anuais de hemodiálise

Mês	2020	2021	2022	2023	2024
Janeiro	400	361	141	272	230
Fevereiro	375	240	182	247	188
Março	389	305	261	267	201
Abril	377	311	225	247	222
Maio	397	340	284	301	212
Junho	378	340	221	216	121
Julho	248	293	253	249	135
Agosto	243	266	276	297	175
Setembro	273	193	258	347	142
Outubro	325	216	120	109	150
Novembro	290	194	162	177	289
Dezembro	282	139	184	192	133
Total anual	3.977	3.198	2.567	2.921	2.198
Média mensal	331,41	266,50	213,90	243,40	183,10

Custos atuais – contratos vigentes

Tabela 3 – Custos mensais e anuais

Equipamentos/Insumos	Quantidade	Valor mensal total (R\$)	Valor anual (R\$)
Máquinas de hemodiálise (rins artificiais)	10	48.537,80	582.453,60
Osmoses reversas portáteis	4	11.401,62	136.819,44
Total	—	59.939,42	719.273,04

Observação: No valor referente às máquinas de hemodiálise estão incluídos os custos relativos ao fornecimento dos concentrados polieletrólíticos (ácido e básico), uma vez que tais insumos não são adquiridos diretamente pelo hospital.

Análise da demanda assistencial

Desde o período da pandemia de COVID-19 observa-se redução gradual no número de sessões de hemodiálise realizadas no HFL, sem que tenha havido restrição institucional ao recebimento de pacientes. Entre os fatores que podem ter contribuído para esse cenário destacam-se o prolongamento do tempo de internação durante a pandemia e a maior agilidade no encaminhamento de pacientes crônicos para clínicas satélites, reduzindo o tempo de permanência hospitalar dos pacientes incidentes.

Considerando a média atual de sessões realizadas, entende-se ser possível a manutenção da assistência com 8 máquinas de hemodiálise (7 em operação e 1 reserva técnica) e 3 equipamentos portáteis de osmose reversa.

Análise das soluções possíveis para equipamentos de hemodiálise (aquisição x locação x manutenção)

Máquinas de hemodiálise

A) Locação

A locação de máquinas de hemodiálise apresenta-se como solução amplamente adotada por hospitais públicos, por permitir a disponibilidade contínua de equipamentos atualizados, manutenção integral e, em alguns casos, fornecimento de insumos críticos, reduzindo riscos operacionais e custos de gestão.

Máquinas de hemodiálise

A) Locação

A locação de máquinas de hemodiálise apresenta-se como solução amplamente adotada por hospitais públicos, por permitir a disponibilidade contínua de equipamentos atualizados, manutenção integral e, em alguns casos, fornecimento de insumos críticos, reduzindo riscos operacionais e custos de gestão.

Valores praticados em contratos similares:

Objeto/descrição	Valor unitário mensal (R\$)
Locação de máquinas de hemodiálise – HFL (Contrato nº 05/2021 – Renaltec)	4.853,78
Locação de máquinas de hemodiálise – Hospital Federal dos Servidores do Estado (Renaltec)	4.700,00
Locação de máquinas de hemodiálise – Hospital Universitário de Santa Maria	2.690,00
Acréscimo médio do filtro bacteriológico Diasafe®	206,00
Total estimado – Hospital Universitário de Santa Maria	2.896,00
Locação de máquinas de hemodiálise – Hospital Municipal Souza Aguiar (Renaltec)	4.384,77
Locação de máquinas de hemodiálise – Hospital das Forças Armadas (Engeltech)	5.300,00
Locação direta com fabricante (Fresenius Medical Care)	1.999,00
Acréscimo médio do filtro bacteriológico Diasafe®	206,00
Total estimado – Fresenius Medical Care	2.205,00

Observação:

O filtro bacteriológico Diasafe® possui valor unitário médio de R\$ 412,00, com substituição estimada a cada dois meses, podendo ocorrer em menor intervalo conforme aumento da demanda assistencial.

B) Manutenção

A contratação isolada de serviços de manutenção apresenta valores bastante variáveis, fortemente influenciados pelo ano de fabricação do equipamento, modelo e inclusão ou não da troca de filtros bacteriológicos.

Valores identificados em contratos similares:

Objeto/descrição	Valor unitário mensal (R\$)
Manutenção – Fresenius 4008S V10 (ano 2018) – Hospital das Clínicas/MG	463,00
Manutenção – Fresenius 4008S V10 (ano 2014) – Hospital das Clínicas/MG	851,00
Manutenção – Fresenius 4008S (2009–2011) – Hospital das Clínicas/MG	1.313,00
Manutenção com troca de filtros – Fresenius 4008S (ano 2012) – HUCFF	2.267,61
Manutenção com troca de filtros – Fresenius 4008S V10 (ano 2018) – HUCFF	1.307,79
Cobertura global de peças e componentes – HUCFF (valor único)	25.000,00
Manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças – Renaltec	2.600,00

C) Aquisição

A aquisição de máquinas de hemodiálise implica elevado investimento inicial, além da necessidade de contratação posterior de manutenção especializada, aquisição contínua de filtros bacteriológicos e risco de obsolescência tecnológica.

Valores de aquisição identificados:

Objeto/descrição	Valor unitário (R\$)
Fresenius 4008S V10 – Município de Itapetininga	59.900,00
Diamax Full – Município de Naviraí/MS	54.996,00
Dialog – Governo do Estado de São Paulo	80.745,00
Fresenius 4008S V10 – Fundação Pró Rim	52.900,00
Fresenius 4008S V10 – Cotação HFCF (2024)	69.300,00

Osmoses reversas portáteis

A) Locação

A locação de osmose reversas portáteis tem sido adotada de forma recorrente, sobretudo quando associada à manutenção integral e fornecimento de elementos filtrantes.

Valores identificados:

Objeto/descrição	Valor unitário mensal (R\$)
Locação – HFL (Contrato nº 04/2021)	2.850,40
Locação – Hospital Federal dos Servidores do Estado	2.380,00
Locação – Hospital Universitário de Santa Maria (sem filtros)	1.200,00
Locação – Hospital Municipal Souza Aguiar	2.914,04
Locação – Hospital das Forças Armadas (Engeltech)	2.809,00
Locação direta – Fresenius Medical Care (sem filtros)	1.732,00

Observação:

Os filtros de 5 micra possuem valor unitário médio de R\$ 16,90, com substituição semanal aproximada, impactando significativamente o custo quando não incluídos no contrato.

B) Manutenção

Valores de manutenção identificados:

Objeto/descrição	Valor unitário mensal (R\$)
Manutenção preventiva com troca de filtros – CONSAMU/PR	920,00
Manutenção corretiva estimada – CONSAMU/PR	970,00
Manutenção preventiva e corretiva completa – HUCFF	1.307,79
Manutenção preventiva e corretiva completa – HFAG	1.700,00
Manutenção preventiva e corretiva completa – Fresenius Medical Care	1.700,00

C) Aquisição

Valores de aquisição identificados:

Objeto/descrição	Valor unitário (R\$)
Osmose reversa portátil Saubern Standard – Fresenius Medical Care	30.600,00
Osmose reversa portátil Vexer VXA00125 – Fresenius Medical Care	31.900,00

Conclusão técnica preliminar

A análise comparativa demonstra que:

- A aquisição de equipamentos exige alto investimento inicial e contratação posterior de manutenção e insumos, elevando o risco financeiro e operacional.
- A contratação isolada de manutenção apresenta custos relevantes e depende fortemente da idade do equipamento.
- A locação, especialmente quando inclui manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e fornecimento de insumos críticos, mostra-se a alternativa mais eficiente sob os aspectos econômico, operacional e assistencial, além de reduzir riscos de indisponibilidade e obsolescência tecnológica.

Estimativas de Custo das Soluções Propostas

Considerando a demanda atual do Serviço de Nefrologia do Hospital Federal da Lagoa, as estimativas de custo foram elaboradas tomando-se como referência a utilização de 8 (oito) máquinas de hemodiálise e 3 (três) sistemas de osmose reversa portátil, bem como as modalidades de contratação/aquisição descritas no item 6.1 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), a saber:

Solução A

Locação de máquinas de terapia renal substitutiva e de sistemas de osmose reversa portátil, com inclusão de manutenção preventiva e corretiva.

Solução B

Aquisição de máquinas de terapia renal substitutiva e de sistemas de osmose reversa portátil, com aquisição dos insumos e peças de reposição necessários, aliada à contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos.

Solução C

Terceirização do serviço de terapia renal substitutiva, compreendendo o fornecimento dos equipamentos e dos recursos humanos.

Ressalta-se que a Solução C não foi considerada para fins de estimativa, tendo em vista que o Hospital Federal da Lagoa já dispõe de Serviço de Nefrologia estruturado, com equipe médica e de enfermagem especializada, circunstância que torna essa modalidade injustificável sob o ponto de vista técnico-assistencial e economicamente contraproducente.

Máquinas de Hemodiálise - Locação com Manutenção Preventiva e Corretiva (incluindo o fornecimento do filtro bacteriológico Diasafe)

No modelo de locação de máquinas de hemodiálise, com inclusão de manutenção preventiva e corretiva, bem como do fornecimento do filtro bacteriológico Diasafe, foram identificadas 4 (quatro) opções de referência, conforme contratos vigentes ou recentemente firmados por instituições públicas, a seguir descritas:

Objeto/Descrição | Valor Unitário Mensal (R\$)

- Contratação de serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise – Contrato nº 05 /2021 – Hospital Federal da Lagoa (Renaltec)

Valor unitário mensal: R\$ 4.853,78

Observação: o valor inclui, adicionalmente, a análise da água utilizada no processo.

- Contratação de serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise – Hospital Federal dos Servidores do Estado – HFSE (Renaltec)

Valor unitário mensal: R\$ 4.700,00

- Contratação de serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise – Hospital Municipal Souza Aguiar (Renaltec)

Valor unitário mensal: R\$ 4.384,77

- Contratação de serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise – Hospital das Forças Armadas (Engeltech)

Valor unitário mensal: é R\$ 5.300,00

Considerando a média dos valores identificados implicados, obteve-se o valor unitário mensal estimado de R\$ 4.809,64 por equipamento. Assim, para a locação de 8 (oito) máquinas de hemodiálise, o valor mensal total estimado corresponde a R\$ 38.477,12, resultando em um valor anual estimado de R\$ 461.725,44.

Máquinas de Hemodiálise - Locação sem Manutenção Preventiva e Corretiva (sem fornecimento do filtro bacteriológico Diasafe e sem reposição de peças de reposição)

No modelo de locação de máquinas de hemodiálise sem a inclusão de manutenção preventiva e corretiva, bem como sem o fornecimento do filtro bacteriológico Diasafe e sem reposição de peças, foram identificadas apenas 2 (duas) opções de referência, conforme detalhamento a seguir.

Objeto/Descrição | Valor Unitário Mensal (R\$)

- Contratação de serviço de empresa especializada para locação de máquinas de hemodiálise –, Hospital Universitário de Santa Maria

Valor unitário mensal: R\$ 2.690,00 (sem fornecimento do filtro bacteriológico Diasafe®)

Fornecimento do filtro Diasafe: R\$ 206,00/mês

Valor total mensal: R\$ 2.896,00

- Locação direta com o fabricante – Fresenius Medical Care

Valor unitário mensal: R\$ 1.999,00 (sem fornecimento do filtro bacteriológico Diasafe®)

Fornecimento do filtro Diasafe: R\$ 206,00/mês

Valor total mensal: R\$ 2.205,00

Considerando que o filtro bacteriológico Diasafe deve ser substituído, em média, a cada 2 (dois) meses, a depender da demanda de utilização do equipamento, e que seu custo unitário médio é de R\$ 412,00, tal valor foi rateado e incorporado ao valor unitário mensal adotado para a manutenção de cada máquina de hemodiálise.

Adicionalmente, faz-se necessária a consideração do custo da manutenção preventiva e corretiva, cujos valores variam conforme o ano de fabricação dos equipamentos, sendo que, quanto mais antigos, maior tende a ser o valor cobrado. A partir da análise dos contratos disponíveis, identificou-se um valor médio de R\$ 875,66 para a manutenção, sem contemplar a reposição de peças e sem incluir a troca regular do filtro bacteriológico Diasafe.

A soma do valor de locação, acrescido do custo avariável relativo à troca dos filtros bacteriológicos, resulta em um valor médio mensal de R\$ 3.323,16 por equipamento, sem qualquer previsibilidade de gastos adicionais relacionados à eventual necessidade de substituição de peças.

Ressalta-se que as instituições que utilizam esse tipo de contrato de manutenção, em sua maioria, operam com máquinas antigas, com mais de 10 (dez) anos de uso (conforme item 8.1, subitem B), circunstância que eleva significativamente a probabilidade de ocorrência de falhas técnicas, considerando que a vida útil estimada para esse tipo de equipamento é de aproximadamente 10 (dez) anos.

Cabe destacar que apenas os contratos do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) e da empresa Renaltec contemplam a troca dos filtros bacteriológicos de forma regular, e que somente na proposta da Renaltec

está inclusa a coleta e análise microbiológica do dialisato de cada máquina, com periodicidade mensal, em conformidade com a RDC Anvisa nº 11/2014.

Nos demais contratos analisados, o serviço de troca dos filtros bacteriológicos é cobrado à parte/interamente, sendo necessária a aquisição dos filtros pelo próprio Hospital.

Ressalta-se, por fim, que não foi possível identificar os valores específicos cobrados pelo serviço de troca dos filtros bacteriológicos. Dessa forma, adotou-se a mediana dos itens que incluem a troca de filtros como parâmetro de cálculo, não tendo sido de fato considerado o custo específico da coleta e análise microbiológica mensal do dialisato, o qual tende a elevar o valor final. Tal custo, portanto, encontra-se diluído na mediana utilizada para fins de estimativa.

Aquisição de Máquinas de Hemodiálise

Objeto / Descrição	Valor Unitário (R\$)
Município de Itapetininga – Empresa Fresenius Medical Care (Modelo 4008S V10 – BPM/OCM/CDS)	59.900,00
Município de Naviraí/MS – Empresa Nipro Medical Corporation Produtos Médicos Ltda. (Modelo Diamax Full)	54.996,00
Governador de São Paulo – Empresa Laboratórios B. Braun S.A. (Modelo Dialog)	80.745,00
Fundação Pró Rim – Fresenius Medical (Modelo 4008S V10 – BPM/OCM/CDS)	52.900,00
Cotação de preços solicitada pelo Hospital Federal Cardoso Fontes à Fresenius Medical Care (Modelo 4008S V10 – BPM/OCM/CDS)	69.300,00

Considerando a média dos valores de aquisição identificados, apurou-se o valor médio de R\$ 63.568,20 por equipamento. Ao se diluir esse montante em 12 (doze) meses, obtém-se um investimento mensal equivalente de R\$ 5.297,35 por equipamento.

Ressalta-se que não estão incluídos nesse valor os custos relativos à manutenção preventiva e corretiva, à troca do filtro bacteriológico Diasafe, nem às eventuais necessidades de substituição de peças, o que tende a elevar significativamente o custo total ao longo do período de uso.

Osmoses Portáteis

Locação com Manutenção Preventiva e Corretiva - (incluindo o fornecimento e a troca dos elementos filtrantes)

No modelo de locação de sistemas de osmose reversa portáteis, com inclusão de manutenção preventiva e corretiva, bem como do fornecimento e da troca dos elementos filtrantes, foram identificadas 4 (quatro) opções de referência, conforme detalhamento a seguir.

Objeto / Descrição	Valor Unit
Contratação de serviço de empresa especializada para locação de osmose reversas portáteis – Contrato nº 04/2021 – Hospital Federal da Lagoa (HFL)	R\$ 2.850,40
Contratação de serviço de empresa especializada para locação de osmose reversas portáteis – Hospital dos Servidores do Estado (HSE)	R\$2.380,00
Contratação de serviço de empresa especializada para locação de osmose reversas portáteis – Hospital Municipal Souza Aguiar	R\$2.914,04
Contratação de serviço de empresa especializada para locação de osmose reversas portáteis – Hospital das Forças Armadas (Engeltech)	R\$2.809,00

Considerando a média dos valores identificados, apurou-se o valor unitário mensal médio de R\$ 2.738,36, resultando em:

- Valor mensal total (3 equipamentos): R\$ 8.215,08
- Valor anual estimado: R\$ 98.580,96

Locação sem Manutenção Preventiva e Corretiva (sem fornecimento dos elementos filtrantes)

Valores identificados:

Objeto / Descrição	Valor Unitário Mensal (R\$)
Hospital Universitário de Santa Maria – locação de osmose reversa portátil (sem elementos filtrantes)	1.200,00
Filtro de 5 µ – substituição semanal (R\$ 16,90/semana)	67,60
Total mensal – HUSM	1.267,60
Locação direta com a Fresenius Medical Care (sem elementos filtrantes)	1.732,00
Filtro de 5 µ – substituição semanal (R\$ 16,90/semana)	67,60
Total mensal – Fresenius Medical Care	1.799,60

Considerando que os elementos filtrantes (filtro de 5 micra) devem ser substituídos aproximadamente uma vez por semana, a depender da demanda de uso, e que seu custo unitário é de R\$ 16,90, tal valor foi incorporado ao cálculo mensal, resultando em um valor médio de locação de R\$ 1.533,60 por equipamento.

Ademais, deve-se considerar o custo da manutenção preventiva e corretiva, para o qual foi identificado um valor médio de R\$ 1.319,56.

Assim, o valor mensal total estimado por equipamento, considerando locação, filtros e manutenção, corresponde a: R\$ 2.853,16 por osmose portátil

Aquisição de Osmoses Reversas Portáteis

Objeto / Descrição	Valor Unitário (R\$)
Osmose Reversa Saubern Standard Portátil – Proposta Fresenius Medical Care (04/09/2024)	30.600,00
Osmose Reversa Portátil modelo Vexer VXA00125 – Proposta Fresenius Medical Care (10/09/2024)	31.900,00

Considerando a média dos valores, obteve-se R\$ 31.250,00 por equipamento adquirido, o que equivale a um investimento mensal de R\$ 2.604,17 por equipamento, ao se dividir o valor por 12 meses.

Ressalta-se que não estão incluídos nesse valor:

- manutenção preventiva e corretiva;
- troca do filtro de 5 micra;
- eventuais substituições de peças.

Insumos Específicos para Diálise

O Hospital Federal da Lagoa já adquire os insumos necessários ao tratamento dialítico por meio de atas de registro de preços, exceto os concentrados polieletrólíticos, atualmente fornecidos pela empresa Renaltec, por indisponibilidade de atas vigentes.

Estudo prévio demonstrou maior vantajosidade na compra direta, sem intermediação de distribuidores, modelo adotado pelo HFL há vários anos, não havendo intenção de retorno ao contrato global (locação de máquinas + fornecimento de insumos).

RESUMO CONSOLIDADO (8 máquinas de hemodiálise e 3 osmose portáteis)

Máquinas de Hemodiálise		
Modelo	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Locação com manutenção, filtros e análises	38.477,12	461.725,44
Locação sem manutenção e sem filtros	26.585,28	319.023,36

Locação + manutenção corretiva com peças	—	619.023,36
Aquisição (sem manutenção e filtros)	42.378,80	508.545,60
Aquisição + manutenção + filtros	56.680,40	680.164,80

Osmoses Portáteis

Modelo	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Locação com manutenção e filtros	8.215,08	98.580,96
Locação sem manutenção e filtros	8.559,48	102.713,76
Aquisição (sem manutenção e filtros)	7.812,51	93.750,12
Aquisição + manutenção	9.132,07	109.584,84

Análise Comparativa (Síntese Técnica)

As contratações analisadas demonstram a adoção recorrente do modelo de locação de máquinas de hemodiálise e de equipamentos de osmose reversa portátil por órgãos da Administração Pública, com valores unitários mensais variáveis, influenciados principalmente por:

- Escala do quantitativo contratado;
- Abrangência dos serviços incluídos (manutenção preventiva e corretiva, insumos e suporte técnico);
- Nível de complexidade tecnológica dos equipamentos;
- Condições operacionais e assistenciais específicas de cada instituição.

Os valores praticados nos certames analisados fornecem parâmetros objetivos de mercado, aptos a subsidiar a estimativa de preços, a avaliação de economicidade e a justificativa da solução adotada, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Avaliação das Soluções Possíveis – Conclusão Técnica

A análise comparativa demonstra que, considerando custos de aquisição, depreciação, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, filtros, análises microbiológicas e atualização tecnológica, a locação das máquinas de hemodiálise e das osmoses reversas portáteis mostra-se mais vantajosa do ponto de vista técnico, econômico e operacional.

A locação:

- garante substituição tecnológica a cada 4 anos;
- inclui manutenção integral, reposição de peças, filtros e análises microbiológicas (RDC Anvisa nº 11/2014);
- assegura alta disponibilidade e atendimento 24x7, inclusive fins de semana e feriados;
- transfere ao contratado a responsabilidade pela continuidade do serviço, essencial para pacientes críticos.

Diante do exposto, conclui-se que a solução mais adequada ao interesse público é:

- Locação de máquinas de hemodiálise, com manutenção preventiva e corretiva, reposição integral de peças, filtros bacteriológicos e análise microbiológica da água;
- Locação de osmoses reversas portáteis, com manutenção e fornecimento de insumos vinculados;
- Aquisição direta dos insumos dialíticos, conforme modelo já adotado pelo HFL.

7. Descrição da solução como um todo

Deverá ser contratado fornecedor especializado para a locação de 08 (oito) máquinas tipo Rim Artificial, com fornecimento completo de insumos necessários ao funcionamento, incluindo manutenção preventiva e corretiva, execução de verificações diárias e mensais, sanitização e demais procedimentos técnicos necessários para garantir a operação contínua, segura e eficaz das unidades. Todos os equipamentos deverão estar em conformidade com as normas vigentes, devidamente registrados junto à Anvisa, e aptos para o atendimento de hemodiálise.

Deverá ser contratado fornecedor especializado para a locação de 03 (três) máquinas tipo Osmose Reversa, incluindo manutenção preventiva e corretiva, substituição de filtros e membranas conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, verificação diária das conexões de água, análise mensal da qualidade da água conforme legislação vigente e sanitização do sistema hidráulico, assegurando que a água tratada atenda aos padrões exigidos para a hemodiálise.

Todos os serviços deverão ser executados sob supervisão e orientação do Serviço de Nefrologia do HFL, garantindo que qualquer decisão que se desvie das rotinas preestabelecidas seja previamente consultada, ressalvadas situações de risco imediato à vida ou ao patrimônio, que deverão ser comunicadas imediatamente à autoridade designada.

A solução como um todo deve assegurar funcionamento contínuo e seguro, sem prejuízo das atividades assistenciais do Hospital Federal da Lagoa, garantindo a integridade física dos equipamentos e segurança dos pacientes, bem como a autonomia técnica e administrativa da contratada sobre seus recursos humanos, responsabilidade pela qualificação da equipe, fornecimento de manuais operacionais, treinamento da equipe médica e de enfermagem, e cumprimento rigoroso das normas de segurança, higiene e sustentabilidade.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Metodologia da Estimativa

Para a quantificação das máquinas de hemodiálise necessárias para manter o adequado funcionamento do Serviço de Nefrologia levou-se em consideração que:

1. O setor possui 8 pontos de água tratada;
2. Pacientes das unidades fechadas não devem ser deslocados do leito para o Serviço de Hemodiálise, sendo necessário disponibilizar equipamentos para fazer a diálise nos pacientes críticos internados nos setores: Unidade Coronariana, Plantão Interno/PCR, UTI Adulto e UTI Pediátrica;
3. As máquinas de hemodiálise não são fixas;
4. Como a utilização das máquinas depende de água tratada, e os pontos de água tratados só estão disponíveis no salão do Serviço de Hemodiálise, são necessários equipamentos de Osmose Reversa portáteis para fazer o tratamento da água quando a diálise for realizada em algum dos setores listados acima;
5. Segundo as normas da ANVISA, o setor precisa ter pelo menos 1 equipamento (máquina de hemodiálise) reserva;
6. Existe constante variação da demanda por sessões de hemodiálise nas unidades fechadas (Unidade Coronariana, Plantão Interno /PCR, UTI Adulto e UTI Pediátrica) e no Serviço de Hemodiálise, e essa demanda varia tanto pelo volume quanto de acordo com as necessidades/perfil dos pacientes internados.

Diante das considerações acima, quantificamos:

1. Dentro do Serviço de Hemodiálise podem ser alocados até 8 equipamentos, 1 em cada ponto de tratamento de água
2. É necessária a disponibilização de 1 equipamento reserva, para atender às normas da ANVISA, devendo ficar disponível apenas para situações de emergência, restando deste modo, 7 equipamentos para a realização das sessões de hemodiálise.
3. Os 7 equipamentos disponíveis para a realização de sessões de hemodiálise podem fazer, cada um, até 2 sessões de hemodiálise convencional por dia (sessões de 4 horas de duração), considerando a disponibilidade da equipe de enfermagem (não há equipe de enfermagem nos plantões noturnos) e o tempo de intervalo necessário para a realização desinfecção do equipamento entre as sessões. Essas máquinas serão disponibilizadas para atender, em sua maioria, aos pacientes internados em enfermarias comuns com possibilidade de locomoção e aos pacientes ambulatoriais que estão aguardando a realização de algum procedimento médico ou aguardando vaga em clínica satélite conveniada para a manutenção do tratamento dialítico a nível ambulatorial.
4. Importante destacar que a demanda por serviços de hemodiálise no leito pode variar conforme a complexidade dos pacientes, sendo assim necessária a disponibilização de um quantitativo de máquinas que permita a realização de hemodíálises prolongadas (de 8 a 12 horas/sessão), indicadas para pacientes mais graves, com instabilidade hemodinâmica.
5. Como os equipamentos de hemodiálise não são fixos, podem ser eventualmente disponibilizados mais do que 1 equipamento para fazer a diálise no leito, conforme a necessidade específica que sobrevier. Sendo assim, com base nos picos de atendimentos já apurados, foi mensurada a necessidade de disponibilizar até 3 equipamentos de osmose reversa para o tratamento da água utilizada para a execução das sessões de hemodiálise à beira do leito em unidades fechadas;

Sendo assim, com a disponibilidade de 8 máquinas de hemodiálise, sendo 1 reserva – o Serviço de Nefrologia terá como realizar até 20 sessões de hemodiálise convencional (4 horas/sessão) por dia, no salão do Serviço de Hemodiálise e nas Unidades Fechadas. Caso exista uma demanda por sessões de hemodiálise prolongada (8 até 12 horas/sessão), o número de sessões oferecidas no dia será menor.

Análise de Capacidade de Atendimento

Considerando o histórico de atendimentos realizados pelo Hospital Federal da Lagoa (HFL), foi possível estimar a capacidade operacional das unidades de hemodiálise. A análise dos dados históricos demonstra que é viável a realização de até duas sessões prolongadas por dia em cada máquina disponível, o que impacta diretamente a oferta diária total de sessões.

Com base nessa configuração operacional, o número máximo de sessões — combinando convencionais e prolongadas — que podem ser realizadas por dia é de 18 (dezoito) sessões, garantindo a segurança do paciente, o adequado tempo de preparo e higienização dos equipamentos e a eficiência no atendimento médico-assistencial.

A definição desse número leva em consideração os seguintes aspectos:

- Tempo necessário para a realização de cada sessão prolongada;
- Intervalos de preparo e higienização entre sessões;
- Disponibilidade de recursos humanos e insumos;
- Segurança e conforto do paciente durante o tratamento;
- Normas técnicas da ABNT e regulamentações da Anvisa aplicáveis ao funcionamento das unidades de hemodiálise.

Esta estimativa servirá como referência para planejamento da locação de máquinas de Rim Artificial e para dimensionamento da capacidade operacional da equipe, garantindo o cumprimento das especificações técnicas e normas de segurança, sem comprometer a continuidade do atendimento assistencial do HFL.

Dados estatísticos do Setor de Nefrologia do HFL

NÚMERO DE SESSÕES DE HEMODIÁLISE					
MESES	2020	2021	2022	2023	2024
JANEIRO	400	361	141	272	230
FEVEREIRO	375	240	182	247	188
MARÇO	389	305	261	267	201
ABRIL	377	311	225	247	222
MAIO	397	340	284	301	212
JUNHO	378	340	221	216	121
JULHO	248	293	253	249	135
AGOSTO	243	266	276	297	175
SETEMBRO	273	193	258	347	142

OUTUBRO	325	216	120	109	150
NOVEMBRO	290	194	162	177	289
DEZEMBRO	282	139	184	192	133
TOTAL	3977	3198	2567	2921	2198
MÉDIA MENSAL	331,41	266,5	213,9	243,4	183,1

Desde o período da pandemia de COVID-19, observou-se uma redução gradual no número de sessões de diálise realizadas no Hospital Federal da Lagoa (HFL), sem que tenha havido qualquer restrição ao recebimento de novos pacientes. Essa redução pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais:

1. A necessidade de isolamento dos pacientes durante a pandemia, que possivelmente aumentou o tempo de internação em alguns períodos;
2. A eficiência no encaminhamento de pacientes crônicos para clínicas satélites, o que contribui para a manutenção de seu tratamento dialítico fora do hospital e, conseqüentemente, reduz o tempo de internação de pacientes incidentes.

Com base na análise do número médio de sessões de hemodiálise atualmente realizadas, conclui-se que a quantidade necessária de equipamentos para garantir o atendimento adequado e contínuo é de 8 (oito) máquinas de Rim Artificial, sendo 7 em operação e 1 reservada para situações de contingência, além de 3 (três) unidades portáteis de osmose reversa.

Esta configuração permite:

- Garantir a continuidade das atividades assistenciais, mesmo em situações de manutenção corretiva ou preventiva de equipamentos;
- Assegurar a segurança e o conforto dos pacientes durante as sessões;
- Atender às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, bem como às boas práticas de operação, manutenção e higienização;
- Otimizar o uso de recursos, evitando aquisições ou locações excessivas e mantendo a eficiência operacional do serviço de hemodiálise do HFL.

Dessa forma, a quantidade de equipamentos proposta atende às necessidades atuais de atendimento, garantindo qualidade, segurança e continuidade do tratamento aos pacientes dialíticos da instituição.

Tabela das estimativas das quantidades a serem contratadas

Item	Código	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor estimado Mensal	Valor estimado anual
1	22829	Contratação de empresa especializada para locação de 08 (oito) equipamentos Rim artificial e insumos específicos (GRUPO 1)	Mês	12	R\$ 62.744,08	R\$ 752.928,96
2	22829	Contratação de empresa especializada para locação de 03(três) Osmoses Portáteis.	Mês	12	R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
Total					R\$ 70.893,79	R\$ 850.725,48

GRUPO 1							
Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade /Mês	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Mensal	Valor estimado anual

	<p>Unidade Móvel de Hemodiálise, conforme legislação pertinente atual (ANVISA RDC 154) ou futura (durante a vigência do contrato), com as seguintes características:</p> <p>Montada em gabinete sobre 4 rodízios (sendo 2 com freio), com aterramento de todas as superfícies;</p> <p>Microprocessada, de pressão negativa e proporção automática;</p> <p>Deve realizar autoteste na inicialização do equipamento com bloqueio em caso de falhas de funcionamento;</p> <p>Capacidade para realizar diálise standard e sequencial e ultrafiltração isolada;</p> <p>Painel com monitor LCD;</p> <p>Fluxo de dialisato de 300 a 800 mL/min e variação do fluxo de dialisato pelo fluxo de sangue efetivo;</p> <p>Roleta de bomba de sangue com fluxo e calibre de linha arterial regulável digitalmente, permitindo o uso de linhas de sangue de 6mm e 8mm;</p> <p>Monitorização de KtV;</p> <p>Variação do nível de sódio e ultrafiltração com perfis pré-definidos;</p> <p>Sistema de desinfecção totalmente automatizado;</p> <p>Detector de bolhas de ar por ultrassom, com bloqueio da linha venosa;</p> <p>Detector de ruptura do dialisador;</p> <p>Sistema de by-pass automático e manual para alteração de condutividade e temperatura do dialisato;</p>						
--	--	--	--	--	--	--	--

1	22829	<p>Função de controle de fluxo sanguíneo, com monitorização do fluxo de sangue e tempo de tratamento;</p> <p>Possibilidade de operação com bicarbonato em pó e /ou líquido;</p> <p>Bomba de infusão contínua de heparina, programável, para uso com seringas comerciais;</p> <p>Programação de ultrafiltração abrangendo no mínimo de 0,1 a 2,0 l/h;</p> <p>Operação com dialisadores de qualquer tipo (baixo e alto fluxo), composição e tamanho (adultos e pediátricos);</p> <p>Conectores ou adaptadores que permitam a utilização com linhas arteriais, venosas e dialisadores universais de tamanhos pediátrico e adulto;</p> <p>Temperatura do dialísado variando no mínimo de 35 /39° C;</p> <p>Controle automático da pressão transmembrana e da proporção do líquido de diálise;</p> <p>Bomba de sangue que permita variação de fluxo no mínimo de 50 a 500 ml /min;</p> <p>Sistema de desinfecção por calor ou químico;</p> <p>Monitoração de: temperatura, pressão do dialísato (transmembrana), condutividade, taxa de vazão do dialísato, pressão arterial e venosa do sistema extracorpóreo;</p> <p>Filtro de purificação do dialísato;</p> <p>Proteção contra operação em modo de diálise quando estiver em modo de desinfecção;</p>	UND.	08	R\$ 4.672,31	R\$ 37.378,48	R\$ 448.541,76
---	-------	---	------	----	--------------	---------------	----------------

		<p>Proteção contra operação em modo de desinfecção quando em modo de diálise;</p> <p>Alarmes sonoros e visuais para: vazamento de sangue, detecção de bolhas, condutividade anormal, temperatura anormal, pressão arterial e venosa acima ou abaixo dos limites pré-estabelecidos, falta de energia e falta de água;</p> <p>Acompanha: cabos, circuitos, conexões e demais componentes fundamentais à completa instalação e pleno funcionamento do equipamento;</p> <p>Tensão de alimentação: Bivolt - 60 Hertz;</p> <p>Bateria com autonomia de no mínimo 15 minutos, para suprimento em caso de interrupção de energia e recarga automática.</p>					
2	394853	Solução básica (bicarbonato de sódio a 8,4%) para máquinas de proporção para hemodiálise.	Galão 5 L	600	R\$ 23,70	R\$ 14.220,00	R\$ 170.640,00
3	240342	Solução ácida com glicose para máquinas de proporção para hemodiálise, com K+2,0 mEq/L e Ca+2,5 mg/L. Diluição 1:34.	Galão 5 L	480	R\$ 23,22	R\$ 11.145,60	R\$ 133.747,20
Total Grupo 1						R\$ 62.744,08	R\$ 752.928,
Grupo 2							
Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade/Mês	Valor estimado unitário(R\$)	Valor Estimado Mensal(R\$)	Valor Estimado Anual(R\$)
		<p>Equipamentos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, com as seguintes características:</p> <p>montado em gabinete sobre quatro rodízios (sendo dois com freio);</p>					

1	22829	em estrutura de aço inoxidável ou outro material não passível de oxidação; com aterramento de todas as superfícies; unidade de osmose reversa compatível com as necessidades do equipamento de hemodiálise (média de 50 a 80 L por hora por ponto de diálise) e com a legislação sanitária vigente; pré-tratamento em série com filtros de carvão ativado; monitor de condutividade com alarme; alarme de baixa pressão de entrada de água;	Und.	03	R\$ 2.716,57	R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
Total Grupo 2						R\$ 8.149,71	R\$ 97.796,52
Valor Global						R\$ 70.893,79	R\$ 850.725,48

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 850.725,48

Para a estimativa do valor da presente contratação a pesquisa de preços baseou-se nas diretrizes da IN SEGES/ME nº 65/2021. Foram realizadas consultas no Portal de Compras Governamentais (Compras.gov.br), contratações similares e potenciais fornecedores do ramo.

Com o intuito de garantir a eficiência e a manutenção do padrão de mercado, utilizou-se o valor do contrato atualmente vigente como parâmetro de referência.

Ressalta-se que os documentos comprobatórios desta pesquisa constarão nos autos e que o valor final da contratação no processo licitatório será atualizado somente após a conclusão desta etapa.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme verificado, o objeto da contratação encontra-se segmentado em dois itens principais: Equipamentos para hemodiálise com fornecimento de insumos e Equipamentos portáteis de osmose reversa, permitindo que a adjudicação seja realizada por duas empresas diferentes, de acordo com a competitividade das propostas, ou, alternativamente, por uma única empresa que atenda a ambos os itens, dependendo dos lances apresentados durante o certame. Essa segmentação possibilita aproveitar a economia de escala, otimizando os custos da contratação, ao mesmo tempo em que garante eficiência operacional e assegura o atendimento contínuo e qualificado às necessidades do Hospital Federal da Lagoa.

A contratação será realizada em um grupo com dois itens, conforme especificado na tabela constante do Termo de Referência. A licitação será estruturada em um grupo (com três itens) e um item isolado, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens julgarem pertinentes, de acordo com suas capacidades e interesse comercial.

O critério de julgamento adotado será o menor preço por item e por itens do grupo, observadas todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, incluindo as especificações técnicas detalhadas do objeto. Essa metodologia garante transparência, competitividade e economicidade na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Por fim, é importante mencionar que o modelo adotado para esta contratação segue o mesmo padrão da contratação atualmente vigente, garantindo continuidade nos procedimentos já consolidados e mantendo a uniformidade operacional. A principal alteração consiste na redução do número de máquinas, de modo a adequar a estrutura às necessidades atuais do Hospital Federal da Lagoa, sem comprometer a qualidade do atendimento ou a capacidade de prestação dos serviços de hemodiálise e tratamento de água por osmose reversa.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito do Hospital Federal da Lagoa, não existem contratações correlatas ou interdependentes com o objeto desta contratação.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico da Unidade encontra-se plenamente garantido, uma vez que a estrutura proposta atende às necessidades operacionais atuais do Hospital Federal da Lagoa, mantendo a continuidade dos serviços essenciais de hemodiálise, respeitando o modelo já consolidado e adaptando-o à realidade atual, com a redução adequada do número de máquinas sem comprometer a qualidade do atendimento aos pacientes.

Ressalta-se que a presente contratação está em total conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 da Unidade, reforçando seu caráter estratégico e a previsibilidade orçamentária necessária à manutenção dos serviços essenciais.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- **Economicidade e Eficiência Operacional:**

A contratação permitirá otimizar os recursos disponíveis, garantindo uso racional de equipamentos e insumos, promovendo redução de custos desnecessários e aumento da eficácia e eficiência na prestação de serviços de hemodiálise.

- **Ampliação da Oferta de Serviços Assistenciais:**

O aumento da capacidade operacional permitirá oferecer sessões contínuas e prolongadas de hemodiálise a pacientes com insuficiência renal, ampliando o acesso ao tratamento e fortalecendo a assistência integral prestada pelo Hospital Federal da Lagoa.

- **Melhoria na Qualidade do Atendimento:**

A utilização de equipamentos modernos, com manutenção preventiva e corretiva garantida, assegura atendimento seguro, confiável e de alto padrão aos pacientes, contribuindo para a satisfação e bem-estar dos usuários.

- **Redução de Riscos Operacionais:**

A disponibilidade de máquinas de reserva e a garantia de fornecimento contínuo de insumos minimizam interrupções no atendimento, evitando riscos à saúde dos pacientes decorrentes de falhas técnicas ou falta de insumos.

- **Continuidade e Sustentabilidade do Atendimento Assistencial:**

A contratação garante a manutenção ininterrupta dos serviços de hemodiálise, fortalecendo a capacidade da Unidade de cumprir suas funções finalísticas de forma permanente, contínua e sustentável.

14. Providências a serem Adotadas

Após a conclusão do processo licitatório e verificada a vantajosidade das propostas apresentadas, o Hospital Federal da Lagoa procederá com a emissão da Nota de Empenho, conforme dispõe a legislação vigente.

A emissão da Nota de Empenho constitui a formalização da obrigação financeira da Administração, garantindo ao fornecedor contratado a segurança jurídica necessária para a iniciação da prestação dos serviços, incluindo a entrega, instalação e manutenção dos equipamentos locados.

Cabe à Contratada, após o recebimento da Nota de Empenho, providenciar todas as medidas operacionais necessárias para o início imediato da execução do contrato, incluindo o fornecimento dos insumos, instalação dos equipamentos e treinamento da equipe, em estrita observância às especificações técnicas e normas de segurança estabelecidas pelo HFL.

Todas as etapas subsequentes ao empenho deverão ser documentadas e comunicadas à Fiscalização do Contrato, assegurando o acompanhamento contínuo da execução dos serviços e o cumprimento integral das obrigações contratuais.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Possíveis Impactos Ambientais e Obrigações da Contratada

A Contratada deverá cumprir integralmente as normas ambientais vigentes, garantindo a execução dos serviços de forma sustentável e segura.

1. Deverá utilizar apenas produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 401 /2008, e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, de acordo com o Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003
2. Deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto ao uso de equipamentos de limpeza que gerem ruído durante o funcionamento
3. Deverá fornecer aos empregados todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários para a execução segura dos serviços
4. Deverá implementar um programa de treinamento interno para os empregados da Contratada nos três primeiros meses de execução contratual, abordando redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo de água e minimização da produção de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais vigentes
5. Deverá separar os resíduos recicláveis na fonte geradora e destiná-los a associações ou cooperativas de catadores, incluindo a coleta seletiva de papel quando aplicável, conforme a IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, e observar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos
6. Deverá assegurar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme a Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, e implantar e cumprir Programa de Logística Reversa para pilhas e baterias utilizadas nos equipamentos da Contratada
7. Deverá garantir a correta destinação ambiental de todos os insumos e peças substituídas nos equipamentos locados no Hospital Federal da Lagoa

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação insere-se no escopo dos serviços contínuos e essenciais da Unidade, possuindo caráter estratégico para a manutenção ininterrupta do atendimento assistencial prestado pelo Hospital Federal da Lagoa. A interrupção ou a descontinuidade destes serviços comprometeria de maneira significativa a prestação de cuidados aos pacientes, especialmente aqueles submetidos a tratamentos de hemodiálise, cuja regularidade é imprescindível para a preservação da saúde e da vida.

Trata-se de serviço de natureza operacional, cuja execução é realizada sob regime de prestação de serviços especializados, custeado com verba de custeio, destinada a assegurar a continuidade das atividades finalísticas da Unidade, sem vínculo empregatício entre os profissionais do contratado e o Hospital. Tal estrutura garante autonomia técnica e administrativa à contratada, assegurando a eficiência e a responsabilidade integral na gestão dos recursos humanos e materiais.

Ademais, considerando o orçamento disponibilizado à Unidade por meio da Lei Orçamentária Anual, verifica-se que os recursos financeiros previstos são suficientes e adequados para a execução da presente contratação, garantindo não apenas a manutenção regular das atividades de hemodiálise e tratamento de água, mas também a observância rigorosa das normas técnicas, de segurança, ambientais e de qualidade estabelecidas pelo Hospital Federal da Lagoa.

A contratação, portanto, evidencia-se viável, estratégica e imprescindível para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços assistenciais prestados, alinhando-se às normas legais, regulamentares e orçamentárias vigentes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDREIA D ALMEIDA SOUZA

Chefe do Serviço de Hemodiálise

RENATA NAZARE MORGADO

Equipe de Planejamento da Contratação

FRANCISCO JOSE SANTOS DE ALMEIDA

Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 13:34:05.

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

O Hospital Federal da Lagoa, através da Coordenação de Administração, vem por meio deste Atestado de Visita Técnica, declarar que a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, enviou a este complexo hospitalar, profissional credenciado, conforme disposto Edital de Pregão Eletrônico nº ____/____, que irá exercer a função de responsável técnico pelo serviço, objeto do editalício em epígrafe, para vistoriar os locais, equipamentos e instalações, visando obter total ciência das condições da sede atual, e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada, e neste ato declaram que:

- Estão cientes de todas as condições relativas à execução do serviço licitado; e
- A execução do serviço objeto da presente licitação será realizada em conformidade como discriminado no Edital e seus anexos e demais normas pertinentes.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Atestamos para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº _____ (nome e função), representando a empresa _____, optou por não realizar vistoria nos locais e instalações referentes ao Objeto do Edital de Pregão e declara, sob qualquer hipótese, estar ciente que não poderá alegar desconhecimento das condições dos equipamentos e locais de execução dos serviços como justificativa para deixar de cumprir com os termos do Edital de Licitação e respectivo Termo de Referência, bem como, do Contrato advindo do certame licitatório.

Rio de Janeiro, de de .

De acordo:

Nome Completo e assinatura do Responsável

Nome Completo e assinatura do responsável técnico credenciado
pelo licitante do Responsável

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

Proposta de Preços

Processo:
Razão Social:
CNP:
Endereço: UF: CEP
Telefone:
E-mail:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL(R\$)	VALOR ANUAL(R\$)
1	Contratação de empresa especializada para locação de 08 (oito) equipamentos Rim artificial e insumos específicos (GRUPO 1)	22829	Mês	12	R\$	R\$
2	Contratação de empresa especializada para locação de 03 (três) Osmoses Portáteis (GRUPO 2)	22829	Mês	12	R\$	R\$
TOTAL					R\$	R\$

GRUPO 1

Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade/mês	Valor Estimado Unitário (R\$)	Valor Estimado Mensal (R\$)	Valor Estimado Anual (R\$)
		Unidade Móvel de Hemodiálise, conforme legislação pertinente atual (ANVISA RDC 154) ou futura (durante a vigência do contrato), com as seguintes características: - Montada em gabinete sobre 4 rodízios (sendo 2 com freio), com aterramento de todas as superfícies; - Microprocessada, de pressão negativa e proporção automática; - Deve realizar autoteste na inicialização do equipamento com bloqueio em caso de falhas de funcionamento; - Capacidade para realizar diálise standard e sequencial e ultrafiltração isolada; - Paineis com monitor LCD; - Fluxo de dialisato de 300 a 800 mL/min e variação do fluxo de dialisato pelo fluxo de sangue efetivo; - Roleta de bomba de sangue com fluxo e calibre de linha arterial regulável digitalmente, permitindo o uso de linhas de sangue de 6mm e 8mm;					

		<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização de Kt/V; - Variação do nível de sódio e ultrafiltração com perfis pré-definidos; - Sistema de desinfecção totalmente automatizado; - Detector de bolhas de ar por ultrassom, com bloqueio da linha venosa; - Detector de ruptura do dialisador; - Sistema de by-pass automático e manual para alteração de condutividade e temperatura do dialisato; - Função de controle de fluxo sanguíneo, com monitorização do fluxo de sangue e tempo de tratamento; - Possibilidade de operação com bicarbonato em pó e/ou líquido; - Bomba de infusão contínua de heparina, programável, para uso com seringas comerciais; 					
1	22829	<ul style="list-style-type: none"> - Programação de ultrafiltração abrangendo no mínimo de 0,1 a 2,0 l/h; - Operação com dialisadores de qualquer tipo (baixo e alto fluxo), composição e tamanho (adultos e pediátricos); - Conectores ou adaptadores que permitam a utilização com linhas arteriais, venosas e dialisadores universais de tamanhos pediátrico e adulto; - Temperatura do dialisado variando no mínimo de 35/39° C; - Controle automático da pressão transmembrana e da proporção do líquido de diálise; - Bomba de sangue que permita variação de fluxo no mínimo de 50 a 500 ml/min; - Sistema de desinfecção por calor ou químico; - Monitoração de: temperatura, pressão do dialisato (transmembrana), condutividade, taxa de vazão do dialisato, pressão arterial e venosa do sistema extracorpóreo; - Filtro de purificação do dialisato; - Proteção contra operação em modo de diálise quando estiver em modo de desinfecção; - Proteção contra operação em modo de desinfecção quando em modo de diálise; - Alarmes sonoros e visuais para: vazamento de sangue, detecção de bolhas, condutividade anormal, temperatura anormal, pressão arterial e venosa acima ou abaixo dos limites pré-estabelecidos, falta de energia e falta de água; 	Und	08			

		<div>- Acompanha: cabos, circuitos, conexões e demais componentes fundamentais à completa instalação e pleno funcionamento do equipamento;</div> <div>- Tensão de alimentação: Bivolt - 60 Hertz;</div> <div>- Bateria com autonomia de no mínimo 15 minutos, para suprimento em caso de interrupção de energia e recarga automática.</div>					
2	394853	Solução básica (bicarbonato de sódio a 8,4%) para máquinas de proporção para hemodiálise.	Galão 5L	600			
3	240342	Solução ácida com glicose para máquinas de proporção para hemodiálise, com K+2,0 mEq/L e Ca+2,5 mg/L. Diluição 1:34.	Galão 5L	480			
TOTAL DO GRUPO I							

Grupo 2							
Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Medida	Quantidade /mês	Valor Estimado Unitário(R\$)	Valor Estimado Mensal (R\$)	Valor Estimado Anual (R\$)

1	22829	Equipamentos portáteis de tratamento de água por osmose reversa, com as seguintes características: - montado em gabinete sobre quatro rodízios (sendo dois com freio); - em estrutura de aço inoxidável ou outro material não passível de oxidação; - com aterramento de todas as superfícies; - unidade de osmose reversa compatível com as necessidades do equipamento de hemodiálise (média de 50 a 80 L por hora por ponto de diálise) e com a legislação sanitária vigente; - pré-tratamento em série com filtros de carvão ativado; - monitor de condutividade com alarme; - alarme de baixa pressão de entrada de água;	Und.	3			
TOTAL Grupo 2							

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO			
<p>O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.</p>			
CONTRATO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATR.	
2 - CIÊNCIA			

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.



ANEXO VI
ORDEM DE SERVIÇO

INTRODUÇÃO
Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.
Os encaminhamentos das demandas deverão ser planejados visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

1 - IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS	____/____	Data de emissão	
CONTRATO nº	____/____		
Objeto do Contrato			
Contratada		CNPJ	
Preposto			
Início vigência		Fim vigência	
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade			
Solicitante		E-mail	

2 - ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)

1					
2					
3					
Valor total estimado da OS					

3 - <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES			
4 - DATAS E PRAZOS PREVISTOS			
Data de Início:		Data do Fim:	
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1			

Autoriza-se a execução dos serviços correspondentes à presente OS, no período e nos quantitativos acima identificados.

Fiscal do Contrato
Matr.:

Gestor do Contrato
Matr.:

Rio de Janeiro, de de .



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa
Vigência do Contrato
Valor total do contrato
Valor total dos Contrato(s) R\$.....

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS “D1” E “D2” DA ALÍNEA “D” DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A da IN 05/2017, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1 Valor total dos contratos *

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas. Fórmula de cálculo:

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$$

Valor da Receita Bruta

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20__ PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/20__, instaurado pelo Processo de nº _____ que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Nome: _____.

RG/CPF: _____.

Cargo: _____.

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

....., inscrita no CNPJ ou CPF nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

ANEXO X

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS - LICITAÇÃO



HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA

(Processo Administrativo nº 33408.078228/2024-67)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA E

A União por intermédio do Hospital Federal da Lagoa, com sede na Rua Jardim Botânico, 501 - Jardim Botânico - CEP: 22470-050, na cidade de Rio de Janeiro/Estado RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0204-53, neste ato representado pelo **Cláudio Ferreira Cotta**, nomeado pela Portaria nº 490, de 7 de Março de 2023, publicada no *DOU* de 30 de Março de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 650409, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 33408.168491/2024-47 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos destinados à hemodiálise, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva, bem como o fornecimento de insumos específicos indispensáveis à continuidade do atendimento assistencial no Hospital Federal da Lagoa. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL(R\$)	VALOR ANUAL(R\$)
------	---------------	--------	-------------------	------------	-------------------	------------------

1	Contratação de empresa especializada para locação de 08 (oito) equipamentos Rim artificial e insumos específicos (GRUPO 1)	22829	Mês	12	R\$	R\$
2	Contratação de empresa especializada para locação de 03 (três) Osmoses Portáteis (GRUPO 2)	22829	Mês	12	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no histórico da Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade, e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([ART. 92, IV, VII E XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([ART. 92, V E VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([ART. 92, V](#))

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([ART. 92, X, XI E XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.1. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.2. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.2.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.2.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.2.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.2.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.2.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.2.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe

oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([ART. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade: 250105 - Hospital Federal da Lagoa.

II - Fonte de Recursos: 1001000000;

III - Programa de Trabalho: 10302501862176511;

IV - Elemento de Despesa: 3.33.90.39;

V - Plano Interno:

VI - Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS ([ART. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO ([ART. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Rio de Janeiro-RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Rio de Janeiro, _____, de _____ de 20____.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

[\[1\]](#)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitação e Contratação Direta - Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

Referência: Processo nº 33408.168491/2024-47

SEI nº 0053974678